



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

EDITAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

FASES INVERTIDAS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia destinados à entrega final de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com base em projeto básico previamente elaborado pela Administração, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os insumos necessários, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais anexos do edital.

CONVÊNIO: 039958/2025.

TERMO DE COMPROMISSO Nº 992609/2025/MCIDADES/CAIXA.

SETOR RESPONSÁVEL: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS e SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021.

MODO DE DISPUTA: ABERTO – Artigo 56 da Lei nº 14.133/2021.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A contratação será realizada sob o **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX e artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021, cabendo à contratada a execução integral da obra conforme projeto básico e projetos executivos fornecidos pela Administração, assumindo todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito cumprimento do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

O julgamento das propostas será realizado pelo **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX e artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021, considerando o valor total ofertado para a execução completa do objeto, observadas as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

INVERSÃO DE FASES: SIM – Artigo 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021. O procedimento adotará a inversão de fases, observando-se a seguinte ordem:

- I – Divulgação do edital;
- II – Apresentação da documentação de habilitação;
- III - Fase recursal;
- IV – Apresentação das propostas e etapa competitiva de lances;
- V – Julgamento das propostas;
- VI – Fase recursal;
- VII – Homologação e adjudicação do objeto.

JUSTIFICATIVA PARA A INVERSÃO DE FASES – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: Nos termos do art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá, de forma motivada, promover a inversão das fases de habilitação e julgamento nas licitações, passando a examinar a habilitação apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, desde que tal medida se revele mais eficiente, econômica e compatível com o interesse público.

No caso da presente Concorrência eletrônica, considerando a natureza e especificidades do objeto, a adoção da inversão de fases mostra-se juridicamente viável e administrativamente recomendável. Isto porque, trata-se de objeto de elevada complexidade técnica, que demanda análise minuciosa das propostas quanto à conformidade com os projetos básicos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, além da observância rigorosa das normas técnicas aplicáveis à engenharia civil e às exigências específicas do programa habitacional federal.

Nesse contexto, a avaliação prévia das propostas permite à Administração concentrar esforços na análise da solução mais vantajosa, sob os aspectos técnico e econômico, antes de proceder à verificação detalhada da documentação de habilitação. A inversão de fases contribui, ainda, para a racionalização do procedimento licitatório, uma vez que evita a análise exaustiva da documentação de habilitação de todos os licitantes, restringindo-a apenas àquele que apresentar a proposta mais bem classificada.

Tal medida reduz o tempo de tramitação do certame, otimiza a utilização dos recursos administrativos e favorece a celeridade necessária à continuidade das políticas públicas habitacionais, especialmente considerando o interesse social envolvido e a necessidade de entrega tempestiva das unidades habitacionais à população beneficiária.

Ademais, a inversão de fases não compromete os princípios da isonomia, da legalidade, da competitividade e do julgamento objetivo, uma vez que todos os licitantes permanecem



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

submetidos às mesmas regras editalícias, sendo a habilitação exigida integralmente do licitante vencedor provisório, com possibilidade de convocação dos subsequentes, na hipótese de inabilitação, conforme previsto na legislação vigente.

Diante do exposto, resta devidamente justificada a adoção da inversão de fases na presente Concorrência eletrônica, por atender ao interesse público, promover maior eficiência administrativa e assegurar maior celeridade e economicidade ao procedimento licitatório, em estrita observância ao disposto no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021.

DATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: xx de xxxxxx de 2026 (xxxxxxxx), início às xxxhoras – nos termos do Artigo 6º, , inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, a Sessão será realizada após o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados da data de publicação do Edital.

REALIZAÇÃO: LICITANET: <https://www.licitanet.com.br/> .

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA: 10/04/2026.

CONTATO: 34-3456 1900 - Departamento de Licitações ou por e-mail através do endereço eletrônico licitacao@uniaodeminas.mg.gov.br.

Prefeitura Municipal de União de Minas/MG, XX de XXX de 2026.

ÉVERTON FREITAS LEAL

Engenheiro Civil
CREA 5062209506/D-SP

RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

OLENI MARQUES MAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

L S G GUIMARÃES LSG LTDA

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO (TF)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

EDITAL E ANEXOS

PROCESSO Nº 37/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX e artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO IV – MODELO DE PROCURAÇÃO;

ANEXO V – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÕES;

ANEXO VII – CARTA;

ANEXO VIII – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA- OBRIGATÓRIA.

ANEXO IX - DECLARAÇÕES DO DECRETO 5503/23 - DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS AMPARADOS POR IMUNIDADE;

ANEXO X - DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS AMPARADOS POR ISENÇÃO ANEXOS:

- **LEI Nº 1057-26 - DOAÇÃO DO IMÓVEL PARA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALÚ FERREIRA;**
- **CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO: EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS E EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL;**
- **EXTRATO DE PROPSOTA;**
- **TERMO DE COMPROMISSO;**
- **QUADRO DE COMPOSIÇÃO;**
- **PLANILHAS ORÇAMENTARIAS: EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS E EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL;**
- **PROJETO ARQUITETÔNICO ACESSÍVEL;**
- **PROJETO EXECUTIVO;**
- **PROJETO ELÉTRICO;**
- **PROJETO HIDROSSANITÁRIO 01;**
- **PROJETO HIDROSSANITÁRIO 02;**
- **ARQUITETÔNICO PROJ CASA POPULAR 2025;**
- **PROJETO IMPLANTAÇÃO;**
- **ART SONDAAGEM;**

- Os documentos se encontram agrupados em anexos separados, no entanto, todos eles se completam;

- A empresa licitante deverá se valer do edital e das suas especificações para a apresentação dos projetos, proposta, documentos de habilitação e demais documentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

- A empresa proponente deverá tomar conhecimento das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do pregão e a formalização contratual, de modo que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados;
- Os licitantes interessados deverão poderão vistoriar o local da obra, a partir do momento da publicação deste Edital até o dia que antecede a sessão, em dias úteis de expediente da Prefeitura Municipal de União de Minas/MG, desde que previamente agendada a visita no Departamento de Obras Públicas, por meio do telefone (34) 3456 1900, ou pelo e-mail obras@uniaodeminas.mg.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas;
- A visita técnica é obrigatória, onde o licitante vencedor não poderá alegar posteriormente desconhecimento do local objeto da obra para se furtar às suas obrigações contratuais. Para tanto deverá enviar a Declaração de vistoria ANEXADO NO SISTEMA COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, nos moldes do ANEXO VII;
- As proponentes que assim procederem receberão um Atestado de Visita Técnica, conforme ANEXO – VIII do EDITAL, que deverá ser ANEXADO NO SISTEMA COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui o objeto da presente licitação a **Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia destinados à entrega final de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com base em projeto básico previamente elaborado pela Administração, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os insumos necessários, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais anexos do edital e TERMO DE COMPROMISSO Nº 992609/2025/MCIDADES/CAIXA.**

1.2. A obra licitada pela presente Concorrência Eletrônica será executada de acordo com os Anexos, Planilhas, Cronograma e Anteprojeto que fazem parte integrante deste Edital, Também deverá ser executada de acordo com as normas técnicas da ABNT, normas de segurança e higiene, bem como através das especificações e determinações do Departamento de Obras Públicas do Município de União de Minas/MG e pelo acompanhamento direto por quem for designado pelo Município conforme Termo de Referência/Projeto Básico. Também deverão ser acompanhados os demais documentos integrantes deste Edital, os projetos fornecidos pela Prefeitura (assinados pelo engenheiro responsável), com ART e transcritos neste Edital e seus Anexos.

1.3. Arquivos que se encontram disponibilizados juntamente com o Edital:

| Item | Descrição | Ref. |
|------|------------------------|----------------|
| 1 | Edital e demais anexos | 1 arquivo PDF |
| 2 | Projetos | 6 arquivos PDF |



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

| | | |
|----|------------------------------|----------------|
| 3 | Memorial Descritivo | 1 arquivo PDF |
| 4 | Cronograma Físico-Financeiro | 1 arquivo PDF |
| 5 | Planilha Orçamentária | 1 arquivo PDF |
| 6 | Memória de Cálculo | 1 arquivo PDF |
| 7 | Projeto Urbanístico | 3 arquivos PDF |
| 9 | Certificado Grapohab | 1 arquivo PDF |
| 10 | Termo de Convênio | 1 arquivo PDF |

1.4. Da especificação, execução e recebimento do objeto

1.4.1. O empreendimento deverá ser implantado sobre a área da matrícula nº. XXX com aproximadamente XXX (XXX) casas, respeitadas as Leis Municipais, Estaduais e Federais, em vigor e atendendo a todas as normas, especificações vigentes no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

1.4.2. As propostas dos licitantes deverão ter como base as especificações constantes dos Projetos, Memorial Descritivo, Projeto Urbanístico e demais documentos anexos ao presente Edital.

1.4.3. Os projetos do residencial deverão ser executados de acordo com a metodologia *Building Information Modelling* (BIM), em estrita conformidade com as normas técnicas brasileiras vigentes relacionadas a esse tema.

1.4.3.1. O emprego da abordagem BIM visa otimizar a gestão da informação ao longo do ciclo de vida do empreendimento, promovendo a integração eficiente de dados e colaboração entre os diversos agentes envolvidos no processo de concepção, construção e operação.

1.4.3.2. A adesão às normas técnicas assegura a consistência, precisão e qualidade do modelo BIM, contribuindo para a eficácia global dos projetos e alinhando-se aos requisitos regulatórios estabelecidos para o setor da construção no contexto brasileiro.

1.4.4. Todo o processo, incluindo os projetos, serão submetidos à análise da Caixa Econômica Federal, visando assegurar a conformidade com as normas internas da instituição financeira.

1.4.4.1. Eventuais ônus decorrentes, resultantes de recusa por parte da Caixa, não serão de responsabilidade do Município de União de Minas/MG.

1.4.5. O Município de União de Minas/MG realizará diligências, conforme sua discricionariedade, com o propósito de averiguar se a documentação e as informações apresentadas pelas licitantes interessadas estão em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e nas legislações pertinentes.

1.4.6. A Licitante vencedora deverá atender e fazer uso de materiais que estejam de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), promovendo a qualidade, produtividade e sustentabilidade no habitat, ainda:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

1.4.6.1. Utilizar materiais de construção em conformidade com as normas técnicas e, de preferência, materiais fabricados, importados ou distribuídos por empresas qualificadas nos Programas Setoriais da Qualidade (PSQ) do Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC).

1.4.6.2. Fazer uso de Documento de Avaliação Técnica (DATec) vigente para a incorporação de tecnologias inovadoras.

1.4.6.3. Adotar Fichas de Avaliação de Desempenho (FAD) para sistemas convencionais, ações realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais (SiNAT), conforme especificado nos projetos.

1.4.7. A execução dos serviços deverá obedecer às especificações fornecidas nos projetos condizentes com a aprovação da CEF, compreendendo a utilização de materiais de primeira qualidade, bom acabamento e atender as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Havendo dúvida ou omissão, deverão ser sempre observadas as normas contidas no manual das Normas vigentes.

1.4.8. A construção deverá cumprir integralmente todas as especificações, normas e padrões técnicos exigidos pela Caixa Econômica Federal.

1.4.9. Todos os materiais empregados na execução dos trabalhos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas, e, em hipótese alguma, serão aceitos materiais em desacordo.

1.4.10. A construção deste objeto somente será iniciada após a empresa estar devidamente qualificada pela Caixa Econômica Federal e ter cumprido todas as tratativas solicitadas pela Instituição e após assinatura do Contrato de Financiamento junto a Instituição Financeira.

1.4.11. Deverá ser mantido permanentemente no local da obra pelo menos um responsável (tecnólogo, engenheiro ou arquiteto) pela execução dos trabalhos, contendo o seu respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), juntamente com o encarregado, se responsabilizando pela execução dos serviços, pelos esclarecimentos e informações sobre o andamento da respectiva frente de obra.

1.4.11.1. Não será permitido a substituição do responsável técnico sem anuência expressa do Município e da Caixa Econômica Federal, e, após a aprovação, a licitante vencedora deverá comprovar o vínculo empregatício entre o responsável técnico e a empresa até o seu recebimento definitivo.

1.4.12. A Licitante Vencedora deverá contratar operários especializados com o emprego de ferramentas, maquinário e equipamentos apropriados ao tipo de trabalho, e, ainda, elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Participação nos Resultados (PPR).



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

1.4.13. Os serviços executados com vícios ou defeitos, devidamente comprovados, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da licitante vencedora, sem ônus para o Município, sem implicar alterações do prazo contratual e sem prejuízo do disposto na cláusula Multas e Penalidades.

1.4.14. Se nos estudos realizados no âmbito de suas atividades específicas como responsável pela execução do contrato, a licitante vencedora constatar qualquer discrepância, omissão ou erro, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato por escrito e de imediato aos envolvidos, para que estes sejam sanados.

1.4.15. A licitante vencedora deverá, após a aprovação da Caixa Econômica Federal, entregar o Plano de Trabalho aos envolvidos, no qual deverá constar:

1.4.15.1. Cronograma Físico Financeiro;

1.4.15.2. Planejamento geral das atividades envolvidas no desenvolvimento dos serviços, sinalizações de segurança e interdição das vias e duração das atividades e a metodologia construtiva;

1.4.15.3. Histograma da mão de obra e dos equipamentos;

1.4.15.4. Modelo de Diário de Obra a ser adotado.

1.4.16. A Ordem de Serviço só poderá ser expedida após a autorização da Instituição Financeira envolvida no processo.

1.4.17. A Licitante Vencedora deverá obedecer, rigorosamente, o planejamento previamente aprovado, podendo em caso de descumprimento ser submetida às sanções previstas em contrato.

1.4.18. Não será permitida a paralisação dos serviços sem motivos relevantes, os quais deverão ser apresentados formalmente ao Gestor e Fiscal do Contrato, indicados pelo Município, para avaliação do impacto no andamento das obras.

1.4.19. O Município de União de Minas /MG e a Caixa Econômica Federal, por intermédio de seus agentes, irão efetuar o acompanhamento, conferência e fiscalização das execuções dos serviços, e, quando preciso, receber assessoria de empresa especializada.

2. DOS PRAZOS:

2.1. O prazo para a **execução e entrega do total da finalização da obra** que constituem o objeto desta licitação, será de **12 (doze) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço – Execução da Obra, que se dará com a aprovação dos projetos básico e executivo. Havendo necessidade, devidamente justificada, o prazo da execução poderá ser prorrogado.

2.2. O Contrato terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, em razão do período de recebimento provisório e definitivo, bem como pagamentos finais nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

termos aqui estabelecidos, observando-se, no caso de prorrogação do prazo de execução, a dilação do mesmo prazo para a validade do Contrato.

2.3. O contrato relativo ao presente certame (constante no Anexo II – Minuta de Contrato) deverá ser assinado no prazo **máximo de 3 (três) dias úteis** a contar de sua homologação, para o que, tempestivamente, será convocada a licitante vencedora, que deverá apresentar, **no ato**, o comprovante de que trata a Cláusula “Da Garantia Do Contrato/Participação”.

3. DAS PENALIDADES:

3.1. Pela inadimplência (nos termos do Anexo I), de quaisquer das condições previstas no presente Edital, o licitante vencedor ficará sujeito à multa de **10% (dez por cento)** do valor global do contrato, por descumprimento de qualquer cláusula do contrato a ser assinado, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133 de 2021.

3.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à **multa de 10%** (dez por cento) do valor global de sua proposta, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei n.º 14.133/21, resguardado o direito à ampla defesa e contraditório.

4. CONDIÇÕES DO EDITAL:

4.1. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos, **a partir do dia 10 de abril de 2026 até o dia 25 de maio de 2026**, sendo que estarão disponíveis no site www.uniaodeminas.mg.gov.br no link LICITAÇÕES, e na LICITANET: <https://www.licitanet.com.br/>, incluindo os **elementos técnicos e financeiros** (projetos e planilhas).

4.2. Havendo dificuldade das interessadas na captura dos elementos técnicos e financeiros, o Setor de Licitações estará à disposição para a gravação deles em mídia digital. Quaisquer esclarecimentos e/ou informações, relativos à presente licitação, poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@uniaodeminas.mg.gov.br.

4.3. Impugnações, Recursos e Solicitações de Esclarecimentos ao ato convocatório da presente Concorrência Eletrônica serão recebidos até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do mesmo, nos termos dos artigos 164 e 165 da Lei n.º 14.133/21.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO:

5.1. A Concorrência Eletrônica será realizada no dia **25 de maio de 2026, às 08hrs (Horario de Brasília)**.

5.2. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório, seus anexos e deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

participar do certame. O credenciamento de seus representantes deverá ser realizado através do endereço eletrônico: LICITANET: <https://www.licitanet.com.br/>.

5.3. A Sessão Pública no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, sendo conduzida pelo Agente de Contratação, com o auxílio da Equipe de Apoio e será realizada no mesmo endereço eletrônico, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada Concorrência Eletrônica.

5.4. Poderão participar do certame: Todos os interessados que atuem em atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação e que satisfaçam às condições exigidas no presente Edital;

5.5. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento na página eletrônica da LICITANET: <https://www.licitanet.com.br/> até à data prevista para recebimento das habilitações e das propostas.

5.6. Não poderão disputar a presente licitação:

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) Autor do Anteprojeto, do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, Pessoa Física ou Jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, ou empresa da qual o Autor do Projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da Licitação, impossibilitada de participar, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com Agente Público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização/gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si;

g) Pessoa Física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

h) Agente Público do Órgão ou Entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, conforme o artigo 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

5.7. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, mediante:

- I – Compromisso de constituição do consórcio;
- II – Indicação da empresa líder;
- III – Responsabilidade solidária das consorciadas;
- IV – Vedação de participação simultânea em mais de um consórcio ou isoladamente.

5.8. O disposto nos itens 5.6 b) e 5.6 c) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.9. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da Concorrência Eletrônica deverão nomear através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela LICITANET: <https://www.licitanet.com.br/> , atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://www.licitanet.com.br/>.

5.10. O acesso do operador à Concorrência Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.11. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Concorrência Eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da LICITANET, devidamente justificado.

5.12. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de União de Minas a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.13. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à Concorrência Eletrônica.

5.14. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

- a) Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- b) Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a LICITANET.
- c) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- d) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de propostas e lances e de julgamento, nos termos do art. nº 17, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.1. Na primeira fase, os licitantes deverão apresentar a documentação de habilitação, que será analisada pela agente de contratação.

6.1.2. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem a todos os requisitos exigidos no edital.

6.1.3. Na segunda fase, os licitantes habilitados apresentarão seus lances, em sessão pública.

6.1.4. É estritamente proibido que a empresa participante anexe qualquer documento que revele ou antecipe o valor de sua proposta de preços junto aos documentos de habilitação. Esta medida visa preservar o caráter sigiloso e competitivo das propostas.

6.1.5. A empresa que descumprir a regra estabelecida no item anterior, anexando qualquer arquivo que antecipe seu valor proposto, será imediatamente inabilitada deste processo licitatório.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública e deverão atender os seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

- a) Apresentar uma única **Proposta de Preços**, juntamente com o **Cronograma Físico-Financeiro** (disponível nos arquivos anexos que acompanham o Edital, fornecidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

pela Prefeitura), com os preços e quantitativos estimados para realização da obra;

b) O número do Processo e número desta Concorrência;

c) Constar prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias;

d) Constar prazo de execução da obra: 12 (doze) meses, contados da emissão da 1ª Ordem de serviço;

e) Constar condições de Pagamento: O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após atestada a medição;

f) Informar a denominação, endereço/CEP, telefone/e-mail e CNPJ da licitante, nome e número da Instituição Financeira, Agência e n.º da Conta-Corrente para a efetivação dos pagamentos;

g) Comprovante de haver prestado garantia de proposta, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado, no valor de **R\$ 2.809.627,88 (dois milhões, oitocentos e nove mil seiscentos e vinte sete virgula oitenta e oito centavos)** como condição de participação no certame, conforme artigo 58, §1º da Lei nº 14.133/21 e suas alterações com prazo de validade de, no mínimo, 120 (cento) dias, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades:

1) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

2) Seguro-Garantia;

3) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

4) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

h) Data e assinatura do Representante Legal da Proponente ou do Procurador com poderes específicos para tanto;

i) Constar o Demonstrativo de Composição do BDI, incluindo Impostos e taxas de Encargos Sociais (ES).

6.3. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14133/2021, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

6.4. O Modelo de Proposta poderá ser utilizado para a apresentação da Proposta, datilografado, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

6.5. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

6.6. A empresa enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.6.1. A falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

6.7. Os documentos referentes a **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** deverão ser enviados por meio eletrônico disponível no endereço <https://www.licitanet.com.br/>, onde os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (fases invertidas), os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública, devendo conter:

6.7.1. **Carta** em que a proponente solicita sua participação na presente Concorrência Eletrônica e faz declaração explícita de que:

- a) Assume inteira responsabilidade pela execução da obra/serviços licitados, respeitando as normas vigentes à mesma;
- b) Acatará todas as exigências da Contratante relativamente ao objeto desta licitação, bem como de quem for designado para efetuar a fiscalização e ou controle de qualidade na citada execução;
- c) Tem pleno conhecimento das condições estabelecidas no presente Edital e que se sujeita às mesmas, estando de pleno acordo com elas;
- d) Tem pleno conhecimento das condições dos locais onde as obras serão executadas;
- e) Não está impedida de contratar com a Administração;
- f) No caso de ser contratada se responsabilizará por eventuais prejuízos causados a terceiros, inclusive à Municipalidade, desde que por sua culpa;
- g) Manterá o local da obra e as adjacências completamente sinalizados, de acordo com as exigências da Prefeitura Municipal De União de Minas e autoridades de trânsito local;
- h) Assume inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento de todas as normas e exigências que se fizerem necessárias para o desempenho dos trabalhos ora licitados;
- i) Se obriga a manter durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

6.7.2. **Declaração** da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que:

- a) Se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;

b) A empresa atende às normas relativas à Saúde e Segurança no Trabalho;

c) Não possui em sua Cadeia produtiva, empregados executando Trabalho Degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal.

d) Não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra;

e) Ter ciência de que registro (s) no Cadin Estadual (Lei Estadual nº. 12.799/08) impede(m) a contratação com a Prefeitura Municipal de União de Minas.

f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

h) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

i) Que a proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe foi elaborada de maneira independente pelo Licitante.

6.7.3. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que:

6.7.3.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

6.7.4. No caso do Licitante ser **Empresa de Pequeno Porte**, observado o valor e enquadramento, aplicar-se-á o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006:

a) as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

b) havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da declaração como vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

c) a comprovação plena de regularidade fiscal das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;

d) a não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.

6.8. Da Habilitação Jurídica:

6.8.1. Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresetados os seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado da última alteração contratual devidamente registrada perante a Junta Comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) **Declaração de ciência dos valores aqui licitados e que se enquadra no Regime de Tributação de Empresa de Pequeno Porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso.

6.8.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou das respectivas consolidações.

6.9. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

6.9.1. Para fins comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresetados os seguintes documentos:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, como segue:
 - c.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à **Dívida Ativa da**



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c.2 Certidão de Regularidade expedida pela Secretaria da Fazenda e Certidão de Regularidade de Débitos Tributários emitida pela Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 09/05/2013;

c.3 Certidão Municipal Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referentes a tributos, impostos, taxas, tarifas e similares, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças do domicílio ou sede do licitante;

Observação: Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

d) Certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa De Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da lei federal n.º 12.440, de 07/07/2011.

6.10. Da Qualificação Técnica:

6.10.1. Para fins de qualificação técnica, deverão ser apresetados os seguintes documentos:

6.10.1.1. Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, com jurisdição na sua sede, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços e profissional com atribuições pertinentes ao objeto licitado, “Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Jurídica”;

6.10.1.2. Certidão de Registro e Quitação do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Brasil– CAU/BR, da região da Sede da Empresa, “Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Física”, que se responsabilizará pela execução da obra licitada, caso a proponente seja declarada vencedora.

6.10.1.2.1. A comprovação do vínculo jurídico do profissional relacionado neste subitem será efetuada mediante cópia do contrato de trabalho com a empresa, registro na CTPS, ficha de empregado da empresa ou registro do empregado, bem como por qualquer outro contrato ou instrumento jurídico



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

considerado idôneo para demonstrar que o profissional indicado pela licitante integra seu quadro, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da Lei 14.133/21.

6.10.1.2.2. Deverá acompanhar a documentação do item anterior, a **Declaração de concordância do profissional** para atuar no acompanhamento da obra, caso a licitante seja declarada vencedora da licitação.

6.10.1.2.3. Quando o Responsável Técnico indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa e Certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizados;

6.10.1.2.4. O profissional indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente justificado e aprovada pela Administração;

6.10.1.3. Habilitação para operar com a Caixa Econômica Federal – Análise de Risco (GERIC).

6.10.1.4. Certificação vigente no SIAC (Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil) do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H).

6.10.1.5. Qualificação Técnico-Operacional - comprovação de capacidade técnica da Empresa Licitante, mediante a apresentação de um ou mais **Atestados de Capacidade Técnica, com registro no CREA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da Licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, comprovando que a proponente já prestou ou vem prestando serviços compatíveis com o objeto da licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

- Construção de Unidades Habitacionais no Programa Minha Casa Minha Vida, comprovando a execução de obra com, no mínimo **10 unidades habitacionais**;

6.10.1.6. Qualificação Técnico-Profissional - comprovação que o Responsável Técnico, indicado na alínea "d", é detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove ter o profissional executado serviços de engenharia, com características técnicas ao objeto desta licitação e, ainda:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

6.10.1.6.1. Deverão constar, preferencialmente, das Certidões de Acervo Técnico ou dos Atestados Técnicos registrados no CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término da obra pertinente com o objeto, local de execução, nome do Contratante e da Contratada, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no CREA, especificações técnicas da obra e os quantitativos executados;

6.10.1.6.2. Não serão aceitos Certidões de Acervo Técnico ou Atestados de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras.

6.10.1.7. **Declaração** contendo a relação e indicação das instalações e do aparelhamento, equipamentos e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (Art. 67, inc. III da Lei Federal Nº 14.133/21), a fim de propiciar a fiel execução do objeto contratual, acompanhado de documento idôneo que comprove a existência física da sede da licitante e de e de fotos internas e externas da estrutura física da sua sede georreferenciadas que indique todos os dados pertinentes (endereço, cidade, estado, CEP, ponto de referência e telefone). Esta exigência a declaração visa tão somente comprovação de estrutura mínima, estoque e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas "fantasmas" ou qualquer outro tipo de fraude.

6.10.1.8. O Georreferenciamento com fotos podem ser realizados gratuitamente por aplicativos gratuitos (basta pesquisar em site de pesquisa (georreferenciar fotos). Justifica-se o pedido por oportunidade e conveniência para localizar empresas com facilidade e para localização em caso de diligência, e não ter que se amparar com empresas fantasmas.

6.11. Da Qualificação Econômico-Financeira:

6.11.1. Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

6.11.1. Certidão Negativa de Falência ou no caso de empresa licitante que esteja em recuperação judicial, apresentar nos termos da Lei, cópia do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital, nos termos da Súmula 50 do TCE/MG.

6.11.2. Comprovação de possuir **capital social** registrado na Junta Comercial do Estado da Sede da licitante, igual ou superior a **10% do valor estimado** do objeto licitado, ou seja, no valor de **R\$ 277.419,39** (duzentos e setenta e sete mil, quatrocentos e dezenove reais e trinta e nove centavos), através da apresentação do contrato social ou última alteração contratual, acompanhado da certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

6.11.3. Balanço Patrimonial (ou da publicação deste no caso de empresas S/A), demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

6.11.3.1.1. É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação dos documentos.

6.11.3.1.2. Deverão ser indicados separadamente os seguintes elementos: Ativo Circulante; Ativo Total; Ativo não circulante/Realizável a Longo Prazo; Passivo Circulante; Passivo não circulante.

6.11.3.1.3. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social deverão ser apresentados em cópias autenticadas das folhas do livro diário onde se encontram transcritos, acompanhados dos termos de abertura e encerramento dos respectivos livros, devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, ou por publicações em jornal de grande circulação ou no Diário Oficial, quando se tratar de Sociedade Anônima.

6.11.3.1.4. As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional competente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, apresentado na forma contábil assim entendido, a cópia autenticada dos livros contábeis que contenham o balanço patrimonial, juntamente aos termos de abertura e encerramento, necessariamente assinada pelo contador e pelo representante legal da empresa, vedada a apresentação somente de extrato;

6.11.3.1.5. As pessoas jurídicas constituídas no mesmo ano fiscal em que ocorrer a licitação, e que ainda não possuam demonstrações contábeis apresentadas na forma da lei, poderão apresentar cópia do balanço de abertura, extraída do Livro Diário, devidamente chancelada pelo correspondente órgão de registro, cabendo ainda a comprovação do patrimônio líquido mínimo.

6.11.4. Demonstrativo de Índices Financeiros, em papel timbrado da empresa, assinado pelo contador responsável, devidamente identificado com o nome e CRC, com firma reconhecida, extraídos do balanço apresentado, para fins de análise das condições financeiras da licitante. Os Índices serão apresentados em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento:

- **Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$;**
- **Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$;**
- **Grau de Endividamento (GE) $\leq 0,60$.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Observação: Os índices são considerados proporcionais à natureza e ao vulto do objeto, conforme art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

6.12. Da visita técnica

6.12.1. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas, apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

6.12.2. A visita aos locais de prestação dos serviços será obrigatória. Recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos 01 (um) engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;

6.12.3. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

6.13. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

6.14. Os documentos deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para O certame; aqueles que não tiverem validade expressa nos próprios impressos, deverão ser emitidos até **60 (sessenta) dias** da data prevista para a abertura da **HABILITAÇÃO**.

6.15. Após a habilitação, poderá a licitante ser inabilitada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

6.16. Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração (mediante a apresentação do original), ou publicação em órgão da imprensa oficial. Relativamente as CND



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

do INSS e FGTS emitida via Internet, serão obedecidas às normas vigentes e aplicáveis.

6.17. O Agente de Contratação não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

6.18. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

6.19. Não serão aceitos protocolos ou solicitação de documentos em substituição aos exigidos como condição de habilitação, nem mesmo será concedida prorrogação para a apresentação de documentos de habilitação que não foram enviadas no prazo estabelecido ou que não se enquadrarem nas exceções previstas na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

6.20. Após o início da Sessão Pública, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º).

6.21. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.22. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES Nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.23. Após a abertura da sessão pública, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal Nº 14.133/21 Art. 64, e IN 73/2022, Art. 39, §4º):

6.23.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

6.23.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.24. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. DO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E DAS PROPOSTAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes (opcional para o Agente de Contratação).

7.4. No horário e local indicados neste Edital será aberta a Sessão Pública, iniciando-se pela fase de credenciamento/habilitação dos licitantes interessados em participar deste certame.

7.5. O julgamento das habilitações e das propostas será efetuado pelo Agente de Contratação.

7.6. Após a fase de credenciamento/habilitação, iniciará a Sessão Pública da Concorrência Eletrônica, com a abertura automática da fase de lances.

7.7. O Agente de Contratação verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Apenados TCE/SP: <http://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>;
- CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União:

https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:250066251560:::P3_TIPO_RELACAO:INI_DONEO;

- CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – Empresas e pessoas físicas impedidas de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração em todas as esferas e nos três Poderes: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

- CNIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade): https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

- CNEP (Cadastro Nacional de empresas punidas): <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

7.8. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no Edital, as licitantes serão consideradas HABILITADAS e portanto, aptas para a fase de lances.

7.9. Juntamente com a Documentação de Habilitação, deverá ser apresentada, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

credencial/procuração que deverá dar amplos poderes ao representante para decidir todas as questões oriundas da presente licitação.

7.10. Após o término da fase de habilitação e anteriormente ao início da fase de lances, será concedida a oportunidade de que as licitantes possam manifestar recurso sobre a habilitação e/ou inabilitação.

7.11. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. Havendo **intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa / fase / procedimento da Concorrência**, a licitante interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, devendo ser encaminhado em campo próprio do sistema, dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua **decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

7.13. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.14. As demais licitantes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do Recorrente.

7.15. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o Agente de Contratação examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informados, à autoridade competente para decisão.

7.16. Encerrada a fase de Habilitação, será iniciada a etapa competitiva. A Etapa Competitiva será iniciada:

- No mesmo dia de abertura das habilitações, caso não haja nenhum recurso durante a Fase de Habilitação, em horário posterior ao da abertura das habilitações. As licitantes serão avisadas por meio de mensagem na Sala de Disputa sobre o horário exato, sobre o início da fase de lances;
- Em data a ser marcada, com aviso de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, caso haja recursos durante a Fase de Habilitação. A Etapa Competitiva será iniciada apenas ao término do período recursal.

7.17. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados via sistema do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.18. A análise das propostas pelo Agente de Contratação se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

7.19. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) Apresentadas por licitante impedida de participar;
- d) Apresentar preço (s) simbólico (s) ou de valor (es) zero;
- e) Se o preço for inexequível.

7.20. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

7.21. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

7.22. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Agente de Contratação dará por encerrado o certame, lavrando-se a ata a respeito.

7.23. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes habilitadas e detentoras de propostas classificadas.

7.24. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

7.25. O julgamento será feito pelo critério de menor preço global, observadas as especificações e parâmetros mínimos definidos neste Edital.

7.26. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

7.27. O modo de disputa adotado é o ABERTO.

7.28. A etapa de lances terá a duração mínima de **10 (dez) minutos**.

7.29. A duração da **etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema**, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de que trata o item anterior ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

7.30. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item anterior, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

7.31. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico: dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores; do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

7.32. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances ou quando findo os períodos de duração da etapa.

7.33. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021. No caso de empate com microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o exercício do direito de preferência às nos seguintes termos:

- a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;
- c) Será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, a contar da convocação, sob pena de preclusão;
- d) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;
- e) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;
- f) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.34. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, serão retomados, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte;

7.35. Na hipótese da não contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

7.36. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

7.37. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, entre licitantes que não são microempresas e empresas de pequeno porte, o critério de desempate será aquele previsto no



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.38. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no Estado de Minas Gerais;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia do País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

7.39. O Agente de Contratação poderá negociar com o Autor da oferta de Menor Valor com vistas à redução do preço.

7.40. Após a negociação, o Agente de Contratação examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.41. O Agente de Contratação deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

7.42. Quando a proposta final apresentar valor inferior a 85% do valor estimado pela Administração, poderá ser solicitada demonstração de exequibilidade, assegurado o contraditório técnico.

7.43. A desclassificação somente ocorrerá mediante decisão expressamente motivada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

7.44. Quando a proposta final for **inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração** após o término da fase competitiva, o Licitante vencedor deverá obrigatoriamente apresentar:

a) Planilha de proposta final detalhada e elaborada de acordo com o modelo de proposta e anexos deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame;

b) Planilha de Composição Analítica com o novo valor total para a contratação.

Observação: O Licitante vencedor deverá encaminhar esses documentos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, contados a partir da realização da Sessão Pública.

7.45. A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance de menor preço acarretará a desclassificação do licitante.

7.46. Havendo uma única licitante ou tão somente uma proposta válida, o Agente de Contratação poderá decidir, justificadamente, pela suspensão da Concorrência, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição Concorrência Eletrônica ou, ainda, dar prosseguimento a Concorrência, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

7.47. Se a oferta não for aceitável, o Agente de Contratação examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

7.48. A **proposta final (reajustada)** da Licitante declarada vencedora, deverá ser encaminhada no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas úteis**, a contar do ato que a declarou como vencedora no sistema eletrônico.

7.49. Da sessão será lavrada Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

7.50. À Licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.51. A desconexão do sistema eletrônico com o Agente de Contratação, durante a Sessão Pública, implicará:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

- a) Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 20 (vinte) minutos, a Sessão Pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.52. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da Sessão Pública ou do certame.

7.53. Caso haja interesse, os representantes devem apresentar apontamentos relativos à proposta apresentada, que deverá ser manifestada durante as fases recursais na própria sessão, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento das propostas comerciais.

7.54. Os autos da Concorrência Eletrônica permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, e o edital e seus anexos permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico e no portal de Prefeitura.

8. DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

9. Em levantamento de preços com base na tabela SINAPI/CAIXA e a tabela SICRO Sistema de Custos Referenciais de Obras, complementado por consultas a programas habitacionais de municípios vizinhos, para execução do objeto, foi estimado, conforme Planilha Orçamentária anexa, no valor de **R\$ 2.810.267,26 (Dois milhões, oitocentos e dez mil duzentos e sessenta e sete virgula vinte e seis centavos).**

9.1. Como **critério de aceitabilidade**, somente serão aceitas as propostas **que não ultrapassarem os valores estabelecidos no item anterior.**

9.2. Propostas apresentadas acima dos valores estimados **serão desclassificadas.**

9.3. O montante estimado para cada unidade habitacional será de acordo com o valor teto do Programa MCMV, vigente à data de contratação das unidades junto à Caixa Econômica Federal.

9.4. Os lotes serão doados pela Prefeitura ao mutuário final, pelo valor de avaliação de R\$ XXX (XXX), que também será utilizado como recurso para abater ou zerar os valores de entrada dos mutuários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

9.5. Além dos subsídios inerentes ao PMCMV, o valor do lote será abatido do valor de entrada (recursos próprios) dos mutuários a fim de reduzir ou zerar estes valores necessários à composição do financiamento habitacional quando da aprovação de crédito dos clientes junto ao Agente financeiro.

10. DO REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS:

10.1. A contratação será realizada sob o **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**

10.2. O **CRITÉRIO DE JULGAMENTO** utilizado será: **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX e artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021, cabendo à contratada a execução integral da obra conforme **projeto básico e projetos executivos fornecidos pela Administração**, assumindo todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

10.3. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço global**, considerando o valor total ofertado para a execução completa do objeto, observadas as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

11. DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO

11.1. Os projetos básico e executivo devem ser executados conforme especificações e termos constantes dos anexos deste Edital, sem qualquer modificação e, ainda, mediante autorização pelo Setor de Obras da Prefeitura Municipal de União de Minas.

12. DAS MEDIÇÕES, FATURAMENTOS E PAGAMENTOS:

12.1. Será efetuado **um só faturamento mensal no último dia útil de cada mês**, na conformidade dos serviços efetivamente realizados, cuja apuração será efetivada mediante medições realizadas na forma prevista no Edital e Anexos.

12.2. O **pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes a aprovação da medição**. Em nenhuma hipótese o pagamento será efetuado sem que haja constatação de que efetivamente o serviço/fornecimento tenha sido executado.

12.3. Além do previsto no item anterior, o pagamento de cada fatura apresentada, acompanhada da devida medição, poderá ser condicionado a apresentação de cópias reprográficas das guias de recolhimento de todos os encargos sociais referentes ao período de



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

realização dos serviços dos colaboradores da empresa alocados para a execução da mesma.

12.4. A não apresentação dos citados comprovantes assegurará à Prefeitura Municipal o direito de sustar o pagamento devido, até a solução da pendência.

13. DAS GARANTIAS:

13.1. Da garantia de proposta

13.1.1. Os participantes deverão apresentar garantia de proposta não superior a 1% (um por cento), do valor estimado para esta contratação.

13.1.1.1. Em decorrência da adoção de inversão de fases no presente certame, a participante só apresentará a garantia de proposta após a fase de lances quando solicitada pela Agente de contratação.

13.1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

13.1.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

13.1.4. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) No caso de opção pela “caução em dinheiro”, esta deverá ser efetuada através de transferência/depósito na Conta do Município de União de Minas/MG, em CONTA CORRENTE: xxx, AGÊNCIA: xxxx , BANCO XXXX.
- c) Seguro-garantia;
- d) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- e) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

13.1.5. A posterior celebração de Termo de eventual Termo de Aditamento maior que 5% do valor inicial do Contrato, de prorrogação ou de correção contratual será objeto de reforço da garantia, nos termos da Lei.

13.1.6. No caso de ocorrer, a aferição de preço global inferior a 85% do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional do licitante vencedor, equivalente à **diferença entre o valor de 85% e o valor da proposta**, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

13.2. Da garantia do objeto

13.2.1. A Contratada responderá, sem prejuízo do disposto no Código de Defesa do Consumidor, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo nos termos do disposto no artigo 618 do Código Civil.

14. DO REEQUILIBRIO E DO REAJUSTE:

13.01 Se for o caso, **após decorridos 12 (doze) meses** da assinatura do contrato, a Contratada poderá, através de requerimento específico, solicitar o devido **reajuste** dos preços contratados nos termos do § 7º do artigo 25 da Lei 14.133/21, tendo como referência a correção pelo índice do **INPC/IBGE** relativo ao período entre a data da assinatura do contrato e a autorização do reajuste.

13.01.01 Em caso de **solicitação de reequilíbrio do contrato**, o mesmo deverá ser processado nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/21, sendo vedado pedidos em razão de aumento de material a ser aplicado na obra; de folha de pagamento, de combustível, salvo neste caso do combustível se autorizado acima da inflação (INPC/IBGE no período) pela ANP ou, em pela Pandemia da Covid/19.

13.01.02 Os demais casos de alteração dos valores contratuais serão processados nos termos do artigo 133 da Lei nº 14.133/2021.

13.01.03 O prazo para resposta aos pedidos de reajuste dos preços e de reequilíbrio do contrato, processados nos termos dos incisos X e XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021, serão respondidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do fornecimento da documentação prevista.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.01. Dos atos da administração pública, relativamente ao processo em epígrafe, cabe a interposição de recursos, bem como impugnação, os quais serão processados em consonância com o disposto no artigo 164 e 165 da Lei Federal n.14.133/21 e neste Edital.

16. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

15.01 As despesas com a execução do Contrato oriundo do presente Edital serão cobertas por recursos orçamentários assegurados no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

Termo de Compromisso n.992609/2025/MCIDADES/CAIXA – Operação n. 1103797-95 – Programa: Moradia Digna – Objetivo: Provisão habitacional no município de União de Minas/MG)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Classificação orçamentária: 02.06.02.08.244.0008.1014

Ficha: 205

Fonte: 1.700.000 - Outras Transf. de Conv. iu Instrum. Congêneres da União

Fonte: 1.500 - Recurso Próprio

- **Unidades Habitacionais (Construção de Unidades Habitacionais no Município de União de Minas) Convênio = R\$2.800.000,00**
- **Contrapartida = R\$ 10.267,26**

15.02 Caso necessário, para exercícios seguintes serão alocados os recursos nas respectivas Leis Orçamentárias.

17. DA GESTÃO CONTRATUAL, FISCALIZAÇÃO DA OBRA E DOS SERVIÇOS:

16.01 A gestão contratual e o acompanhamento será de responsabilidade Sr. RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS e OLENI MARQUES MAIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

16.02 A fiscalização da obra, objeto deste edital, será efetuada pelo Departamento de Obras Públicas, na figura do Sr. José de Arimatéa Barros Basso, Engenheiro Civil ou da Sra. Marciana de Souza Nunes, Arquiteta, subsidiados ainda quando e se for o caso, com o apoio do **Engenheiro responsável pelo projeto.**

18. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

18.1. Concluída a obra/serviços, procederá a Prefeitura, dentro do prazo de **10 (dez) dias** seguintes ao da entrega da comunicação que por escrito lhe fizer a CONTRATADA, a um exame minucioso da mesma a fim de **recebê-la provisoriamente.**

18.2. Após este recebimento e durante o prazo de observação de 20 (vinte) dias, ficará a CONTRATADA obrigada a fazer às suas custas as reparações reclamadas em consequência de vícios de construção por ventura existentes.

18.3. Findo o prazo de observação, a **CONTRATADA solicitará por escrito a realização do exame para o recebimento definitivo, que a Prefeitura deverá efetuar no prazo máximo de 5 (cinco) dias**, desde que aos serviços se apresentem em perfeitas condições de utilização.

18.4. O recebimento do objeto não exime a CONTRATADA das responsabilidades civis e outras inerentes.

18.5. A garantia depositada para execução do contrato será liberada ou restituída, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, em consonância com as determinações previstas



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

no presente Edital.

19. DAS PENALIDADES:

19.1. No caso de descumprimento das regras estabelecidas no futuro contrato, resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório, serão aplicadas à contratada, observado a ampla defesa e contraditório, pela ordem, as seguintes penalidades:

a) **Notificação de Advertência** dispondo sobre o descumprimento do contrato com prazo de 3 (três) dias para manifestação, e 5 (cinco) dias para regularização em cada fato ocorrido.

b) **Aplicação da multa de 10% do valor global do contrato** em caso de descumprimento de regras do Edital e do futuro contrato.

c) **Aplicação de multa em dobro no caso da alínea “b” e rescisão automática do contrato**, sem prejuízo das demais penalidades previstas para o caso de rescisão contratual, inclusive proibição de contratar com a Prefeitura de União de Minas pelo prazo de 3 (três) anos, ou até a regularização do fato, incluindo eventual indenização para a Prefeitura por danos causados em razão da irregularidade cometida.

19.2. No caso da alínea “a”, caso aceitas as justificativas, tornar-se-á sem efeito a Advertência, comunicando a decisão por escrito para a contratada.

19.3. Caracterizado o atraso na finalização do objeto, fica estipulada **multa moratória** no valor de 0,5% (zero virgula cinco) ao dia, por dia de atraso, calculado sobre o valor total da respectiva obra objeto do contrato.

Parágrafo único: O pagamento da multa moratória não exime a contratada do seu dever de terminar a execução das obras a contento.

19.4. O Município poderá exigir indenização suplementar, caso o descumprimento das obrigações da contratada cause prejuízos que excedam ao valor da multa ora prevista.

20. ESPECIFICAÇÕES GERAIS:

20.1. O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de União de Minas reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências da presente licitação, dispensar formalidades omitidas ou relevar irregularidades sanáveis.

20.2. Do futuro Contrato constarão exclusivamente cláusulas e condições previstas no presente processo e na(s) proposta(s) da(s) licitante(s), as quais farão parte integrante do pacto, independente da transcrição inclusive da Minuta de Contrato em anexo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

20.3. A Contratada fica obrigada a colocar no local de cada obra, **placa (s) de identificação** dela nos moldes e padrões a serem definidos pela Departamento de Obras e Engenharia da Prefeitura Municipal de União de Minas, até o 10º dia posterior à emissão da Ordem de Serviço, sob pena de multa diária no valor de **R\$ 1.000,00 (um mil reais) da placa não colocada.**

20.4. A empresa contratada deverá providenciar (caso seja necessário) a abertura de matrícula dos serviços junto ao INSS, e na última fatura apresentar a CND dos serviços, para liberação do último pagamento.

20.5. Fica estabelecido que o presente Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um destes documentos, mesmo que não presente em outro, será considerado válido.

20.6. A apresentação da proposta será considerada evidência de que a proponente examinou suficientemente o Edital e seus anexos, obteve as informações suficientes sobre qualquer ponto duvidoso e considera que os prazos disponíveis lhe permitiram elaborar uma proposta completa e satisfatória.

20.7. A fiscalização por parte da Prefeitura não eximirá a licitante das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar a terceiros, seja por ato de seus funcionários ou de prepostos.

20.8. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá, mediante anuência prévia da Prefeitura Municipal, subcontratar serviços.

20.9. A constatação de subcontratação sem anuência da Prefeitura sujeitará a contratada a multa de 3% do valor total do contrato, além da imediata rescisão com a subcontratada.

20.10. O subcontratado na forma prevista no item anterior, será responsável solidário com todas as regras estabelecidas neste Edital e no respectivo Contrato.

20.11. A Contratada manterá, na forma da lei, seguro total obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo, às suas próprias e exclusivas expensas, quaisquer despesas não eventualmente cobertas pela respectiva apólice.

20.12. Correrão, por exclusiva conta, responsabilidade e risco da Contratada, as consequências que advierem de:

a) Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

- b) Imperfeição ou insegurança nos serviços.
- c) Falta de solidez dos serviços executados, mesmo verificada após o término do contrato.
- d) Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais usados na execução dos serviços.
- e) Ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir aos serviços.
- f) Acidentes de quaisquer naturezas com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução dos serviços ou em decorrência deles, devendo a Contratada obedecer às normas de saúde e segurança de seus trabalhadores, especialmente as consignadas na Consolidação das Leis do Trabalho, na Portaria n.º 3.214/78 do Ministério do Trabalho e na NR 18, além de outras disposições acerca da matéria.
- g) Infiltrações de qualquer espécie ou natureza.
- h) Prejuízos causados a propriedades de terceiros.
- i) A Contratada obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva dos Serviços.
- j) Ocorrendo incêndio ou qualquer outro sinistro nos serviços, que venha a atingir serviços a cargo da Contratada, terá esta, independentemente da cobertura de seguro, um prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da notificação da Prefeitura, para dar início à reparação das partes atingidas.
- k) A Contratada é responsável pela conservação dos serviços executados, até a aceitação definitiva dos serviços.
- l) A Contratada, nos primeiros 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, assumirá a Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços perante o CREA/CAU e demais órgãos competentes. O cumprimento desta obrigação é condição para a liberação dos pagamentos.
- m) Além das obrigações acima previstas, a empresa Contratada, também terá as seguintes obrigações:
 - 1- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato, de modo a conduzi-lo eficientemente, nos prazos previstos;
 - 2- Dispor de mão-de-obra de acordo com as necessidades dos serviços, bem como os equipamentos de proteção individual (EPIs);



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

- 3- Fornecer todos os materiais, inclusive os equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias à execução do objeto contratual, nos moldes estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 4- Transportar, carregar e descarregar os materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas;
- 5- Receber, conferir, armazenar e proteger todos os materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas;
- 6- Reparar, corrigir, remover, substituir no todo ou em parte os serviços objeto deste, desde que se verifiquem defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados;
- 7- Conduzir os trabalhos de acordo com as normas técnicas vigentes, em estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações da fiscalização, devendo ainda, conduzir os trabalhos e o pessoal de modo a formar junto ao público, uma boa imagem da CONTRATADA e da Prefeitura;
- 8- Cumprir e fazer com que todo o pessoal em serviço observe os regulamentos disciplinares de segurança e higiene (conforme regras do Ministério do Trabalho), mantendo o local do trabalho sempre limpo e organizado, de forma a permitir o perfeito andamento dos serviços;

20.13. Este edital e seus anexos são complementares entre si, vinculando integralmente a Administração e os licitantes.

20.14. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios que regem a Administração Pública.

21. DO FORO:

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Iturama/MG, com exclusão de outro qualquer, para dirimir as questões por ventura oriundas deste certame e do futuro contrato, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

União de Minas/MG, xx de janeiro de 2026.

ÉVERTON FREITAS LEAL
Engenheiro Civil
CREA 5062209506/D-SP

L S G GUIMARÃES LSG LTDA
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO (DFD)

RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
PÚBLICAS

OLENI MARQUES MAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO ESPECIALIZADO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, A MONTAGEM, A REALIZAÇÃO DE TESTES E AS DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA A ENTREGA FINAL DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS - MG, INCLUINDO A INFRAESTRUTURA ESSENCIAL NECESSÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES CONTIDAS NOS ANEXOS.

CONVÊNIO: 039958/2025

1.1. Especificações e características do objeto

Quantitativo: A presente contratação tem por objetivo a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais de 47,93 m² cada, inseridas no programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50.

Público alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade, com renda mensal enquadrada no MCMV Faixa 1 (até R\$ 2.850,00) e na Faixa 2 (até R\$ 4.700,00) quando situação de emergência ou calamidade. A Seleção será realizada pelo Município de UNIÃO DE MINAS – MG.

Prioridades:

- Mulher como responsável pela unidade familiar;
- Que tenham pessoas com deficiência;
- idosos, criança ou adolescente;
- com câncer ou doença rara crônica e degenerativa;
- residente em área de risco;
- com menor renda per capita.

Vigência: O prazo de vigência inicial da contratação será de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato.

A contratação será realizada sob o **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

2. DO SETOR REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Obras Públicas.

2.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Gestor: Oleni Marques Maia - Secretaria Municipal de Assistência Social e Rafael Lopes Oliveira – Secretário de Obras Públicas

Responsável técnico fiscal MARCO TÚLIO DE AGUSTINI Engenheiro Civil- CREA SP5063673922D e ÉVERTON FREITAS LEAL Engenheiro Civil -CREA 5062209506/D-SP

Responsável pela elaboração do termo de referência – Letícia Santos Guimarães (L S G GUIMARÃES LTDA)

3. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de atendimento à demanda habitacional existente no Município de União de Minas – MG, decorrente do déficit habitacional identificado no âmbito local, o qual impacta diretamente famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

O acesso à moradia digna constitui direito social assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal, sendo dever do Poder Público a implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais e à promoção do desenvolvimento urbano sustentável. Nesse contexto, a execução de unidades habitacionais de interesse social mostra-se medida essencial para garantir condições adequadas de habitação à população de baixa renda.

A contratação de empresa ou consórcio especializado para a execução das 20 (vinte) unidades habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), permite ao Município viabilizar a implantação de empreendimento habitacional com soluções construtivas padronizadas, observância às normas técnicas vigentes e atendimento aos critérios de qualidade, segurança e desempenho exigidos pelo programa federal.

Ademais, o Município não dispõe de estrutura operacional, técnica e de pessoal suficientes para executar diretamente obras de tal natureza e porte, o que torna necessária a contratação de terceiros, nos termos da Lei nº 14.133/2021, garantindo maior eficiência, economicidade, controle de prazos e adequada responsabilização pela execução do objeto.

Ressalta-se, ainda, que a contratação está alinhada às diretrizes do Ministério das Cidades, às exigências da Caixa Econômica Federal, agente operador do PMCMV, e às políticas públicas habitacionais vigentes, contribuindo de forma efetiva para a mitigação do déficit habitacional e para a melhoria das condições de vida da população beneficiária.

Dessa forma, resta tecnicamente e legalmente justificada a necessidade da presente contratação, por atender ao interesse público, aos princípios da administração pública e às finalidades sociais do Programa Minha Casa Minha Vida.

Os projetos foram elaborados pela Administração, cabendo à contratada executá-los, devendo comunicar eventuais inconsistências, nos termos do art. 42 da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa ou consórcio de empresas de engenharia, devidamente habilitado, para a execução indireta, sob regime de empreitada (conforme definido no instrumento convocatório), de todas as obras e serviços necessários à implantação de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Município de União de Minas/MG, conforme estabelecido no Convênio nº 039958/2025.

A contratação abrange a execução integral do objeto, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, tecnologias e todos os meios necessários à completa e adequada execução dos serviços, garantindo a entrega final das unidades habitacionais em condições plenas de uso, habitabilidade, segurança, salubridade e funcionalidade.

A solução contempla a execução de todas as etapas da obra, incluindo, mas não se limitando a:

I – serviços técnicos preliminares, mobilização e desmobilização de canteiro de obras, instalações provisórias e demais estruturas de apoio necessárias à execução contratual;

II – execução das fundações, conforme projetos executivos e condições geotécnicas do terreno, observando-se as normas técnicas aplicáveis;

III – execução da superestrutura, vedações verticais e demais elementos estruturais, assegurando estabilidade, durabilidade e desempenho da edificação;

IV – execução da cobertura, instalação de esquadrias e realização de acabamentos internos e externos, incluindo revestimentos, pisos, pintura e demais componentes construtivos;

V – execução das instalações prediais completas, abrangendo sistemas elétricos, hidrossanitários e, quando previsto, sistemas de drenagem;

VI – execução de obras complementares e de urbanização, incluindo calçadas, dispositivos de acessibilidade, execução de base, meio fio e sarjeta;

elementos de contenção, paisagismo básico e demais intervenções necessárias à plena funcionalidade do conjunto habitacional;

VII – realização de testes, ensaios, inspeções e comissionamento dos sistemas executados, assegurando a conformidade e o adequado funcionamento das instalações;

VIII – elaboração e entrega da documentação técnica final da obra, incluindo projetos “as built”, manuais de uso e operação, relatórios técnicos e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

IX – limpeza final da obra e entrega das unidades habitacionais devidamente concluídas e aptas à ocupação.

A execução do objeto deverá observar integralmente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos que compõem os anexos do Termo de Referência, bem como atender às normas técnicas da ABNT, à legislação urbanística, ambiental e de segurança do trabalho, além das diretrizes e normativas do Programa Minha Casa Minha Vida.

A contratada será integralmente responsável pela qualidade dos serviços executados, pela conformidade dos materiais empregados, pelo cumprimento dos prazos contratuais e pela observância das normas de saúde e segurança do trabalho, respondendo civil, administrativa e tecnicamente pela execução do objeto.

Deverão ser adotadas práticas que assegurem a sustentabilidade ambiental, incluindo a adequada gestão de resíduos da construção civil, o uso racional de recursos naturais e a mitigação de impactos ambientais decorrentes das atividades.

Ao término da execução contratual, as unidades habitacionais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente testadas, regularizadas junto aos órgãos competentes e em conformidade com todas as exigências legais e contratuais, aptas à imediata ocupação pelos beneficiários do programa.

Considerações sobre manutenção, garantia e ciclo de vida útil:

Embora o objeto não inclua cláusulas específicas de manutenção pós-entrega, a solução contempla:

- Aplicação dos padrões técnicos do PMCMV, que incluem uso de materiais certificados, técnicas atualizadas e tecnologias com avaliação técnica positiva (DATec e FAD);
- Garantia legal de qualidade e durabilidade da obra conforme o Código Civil e as normas da ABNT aplicáveis;
- Responsabilização da empresa por eventuais vícios construtivos dentro dos prazos legais.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação do objeto do presente Termo de Referência, identificam-se os seguintes requisitos:

Requisitos de desempenho e funcionalidade:

A Contratada deverá, quando da execução do objeto, observar que:

- As unidades habitacionais devem ter área mínima de 47,93 m², contendo: 2 quartos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

sala, cozinha, banheiro, área de serviço e varanda;

- As edificações devem apresentar funcionalidade, habitabilidade e conforto térmico, compatíveis com a finalidade de moradia para famílias de baixa renda;
- As obras devem ser entregues completas, prontas para habitação, atendendo integralmente às normas técnicas vigentes, aos padrões de desempenho definidos pelas normas da ABNT e às exigências do PMCMV;
- Todos os projetos devem ser compatibilizados entre si, garantindo segurança estrutural e funcionalidade integrada da solução habitacional.

Requisitos de qualidade:

Quanto à qualidade, são requisitos mínimos:

- Os materiais empregados devem ser de primeira qualidade, preferencialmente certificados nos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) do PBQP-H, conforme deverá ser especificado no edital;
- A execução deve observar boas práticas de engenharia e normas da ABNT relacionadas à construção civil, segurança, desempenho, acessibilidade, instalações elétricas, hidráulicas, entre outras.

Requisitos legais, infralegais e normativos:

A execução do objeto do presente Termo de Referência deverá observar a legislação aplicável em vigor, considerando a natureza do objeto, e, ainda, que:

- A empresa contratada deverá estar habilitada junto à Caixa Econômica Federal, com conceito favorável em análise de risco GERIC;
- Deve estar regular junto aos órgãos de fiscalização profissional (CREA ou CAU);
- Todos os projetos, execução de obras e documentação devem atender às normas técnicas brasileiras vigentes, à legislação ambiental aplicável, ao Código de Obras Municipal e às exigências das Portarias MCID nº 1.295/2023 e nº 673/2024;
- Será exigida a apresentação de ARTs/RRTs de todos os serviços técnicos e a presença permanente de profissional habilitado no canteiro de obras;
- São obrigatórias as elaborações e implementações do PCMSO, PPRA e PPR, conforme exigido pela legislação trabalhista e de segurança do trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Requisitos ambientais e de sustentabilidade:

A empresa deverá adotar práticas que minimizem os impactos ambientais, incluindo:

- Uso racional de recursos naturais e redução de resíduos;
- Preferência por materiais recicláveis ou biodegradáveis, quando aplicável;
- Implementação de logística reversa para o descarte adequado de entulhos e resíduos sólidos;
- Cumprimento da legislação ambiental vigente em todas as etapas da execução;
- A empresa deverá manter o canteiro de obras limpo e organizado, com medidas para contenção de poeira, ruído e descarte ambientalmente correto.

Requisitos de prazos, entrega e local de execução:

Deverão ser observados, necessariamente, os seguintes termos:

- O objeto será executado na área pública localizada no Município de União de Minas/MG, correspondente ao Conjunto Habitacional 20 casas, em terrenos previamente desmembrados e com infraestrutura urbana no entorno;
- O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço. A execução deverá observar cronograma físico-financeiro, a ser aprovado pela Administração, podendo ser ajustado mediante justificativa técnica.
- A ordem de serviço somente será emitida após a formalização da operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal e após o cumprimento das exigências documentais iniciais pela empresa;
- As unidades devem ser entregues completamente finalizadas e com infraestrutura funcional conectada às redes públicas, em conformidade com as especificações e prazos fixados.

Requisitos de manutenção, garantia e transição contratual:

Em termos de garantia, manutenção e transição contratual fica estabelecido que:

- A contratada será responsável por garantir a qualidade técnica e a integridade das obras até o recebimento definitivo, sendo vedada a substituição do responsável técnico sem anuência da Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

- Eventuais falhas ou vícios construtivos identificados no período legal de garantia deverão ser corrigidos pela empresa, conforme normas técnicas da ABNT e o disposto no Código Civil;
- Eventual transição contratual deverá garantir a entrega de todos os projetos, relatórios, certificados, memoriais e demais documentos exigidos, para fins de regularização junto à Caixa e aos órgãos de controle.

Os requisitos ora elencados são indispensáveis à aceitabilidade das propostas e ao julgamento objetivo da contratação, sendo essenciais para garantir a adequação da solução contratada à necessidade pública e para assegurar a correta execução do objeto, com observância da legalidade, da qualidade técnica, da segurança jurídica e do interesse social.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A obra deverá obedecer às especificações fornecidas nos projetos executivos, planilha orçamentária e memorial, fornecer uma boa execução, materiais de primeira qualidade, bom acabamento e atender as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Se houver necessidade de reajustes de valores da planilha orçamentária em anexo, os preços serão reajustados com base no índice SINAPI e SICRO, após 12 meses, sem prejuízo das hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

Havendo dúvida ou omissão, deverão ser sempre observadas as normas contidas no manual das Normas vigentes.

A construção cumprir integralmente todas as especificações, normas e padrões técnicos presentes na Portaria MCID Nº 725, de 15 de junho de 2023, e demais normas, no qual constam todas as informações e procedimentos para o perfeito andamento destes trabalhos (obra), assim como todas as diretrizes de segurança do trabalho.

Todos os materiais empregados na execução dos trabalhos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas, e, em hipótese alguma, serão aceitos materiais em desacordo.

Deverá ser mantido permanentemente no local da obra pelo menos um responsável técnico (tecnólogo, engenheiro ou arquiteto) pela execução dos trabalhos e seu respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e deverá se responsabilizar pela execução dos serviços, juntamente com o encarregado, todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento da respectiva frente de obra e tudo o mais que ela reputar como necessário ou útil ao trabalho contratado. Não é permitida a substituição do mesmo sem anuência expressa desta Municipalidade e da Caixa Econômica Federal com a comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnico e a empresa até o seu recebimento definitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

A contratada deverá dispor de operários especializados com o emprego de ferramentas, maquinário e equipamentos apropriados ao tipo de trabalho, inclusive elaboração e implementação de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

Os serviços executados com vícios ou defeitos devidamente comprovados, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da empresa vencedora, sem ônus para a Prefeitura Municipal de **UNIÃO DE MINAS - MG**, sem implicar alterações do prazo contratual e sem prejuízo do disposto na cláusula Multas e Penalidades.

Se nos estudos realizados no âmbito de suas atividades específicas como responsável pela execução deste contrato a empresa vencedora constatar qualquer discrepância, omissão ou erro, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato por escrito e de imediato aos envolvidos, para que os mesmos sejam sanados.

A empresa vencedora deverá obedecer, rigorosamente, o planejamento previamente aprovado, podendo em caso de descumprimento ser submetida às sanções previstas em contrato.

Não será permitida por parte da empresa a paralisação dos serviços sem motivos relevantes, os quais deverão ser apresentados formalmente à equipe de fiscalização desta Municipalidade para avaliação do impacto no andamento das obras.

Vale evidenciar que a Prefeitura Municipal de **UNIÃO DE MINAS - MG** e a Caixa Econômica Federal, por intermédios de seus agentes, irão efetuar o acompanhamento, conferência e fiscalização das execuções dos serviços do objeto deste Termo e, quando preciso, receber assessoria de empresa especializada.

A empresa, que, conseqüentemente, será a executora da obra, deverá atender e fazer uso de materiais que estejam de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), promovendo a qualidade, produtividade e sustentabilidade no habitat; utilizando materiais de construção em conformidade com as normas técnicas vigentes.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

7.1 Recebimento Provisório



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

O recebimento provisório será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até **15 (quinze) dias** contados da comunicação formal da conclusão dos serviços pela contratada.

Nesta etapa, será verificada a conformidade da execução com os projetos, especificações técnicas e demais documentos contratuais.

Caso sejam constatadas pendências, vícios ou inconformidades, a contratada será notificada para realizar as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

7.2 Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela Administração, mediante termo circunstanciado, no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, desde que sanadas todas as pendências apontadas.

O recebimento definitivo ficará condicionado à:

- Completa execução do objeto;
- Aprovação pela fiscalização;
- Entrega de toda a documentação técnica (as built, ARTs, manuais, etc.);
- Realização de testes e funcionamento adequado das instalações.

7.3 Prazos e Condições

- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;
- A contratada deverá corrigir, às suas expensas, quaisquer vícios ou defeitos identificados, mesmo após o recebimento definitivo, dentro dos prazos legais;
- O prazo para correção de falhas apontadas será definido pela fiscalização, conforme a complexidade dos serviços;
- O não atendimento das exigências poderá ensejar aplicação de penalidades, retenção de pagamentos e demais medidas cabíveis.

8. ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação foi objeto de análise de riscos durante a fase de planejamento, conforme diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, com vistas a identificar, avaliar e mitigar eventos que possam comprometer a execução do objeto.

Considerando tratar-se de contratação de empresa ou consórcio especializado para execução de obras e serviços de engenharia destinados à construção de unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foram identificados riscos



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

relevantes, destacando-se:

- Atrasos na execução da obra;
- Problemas relacionados às condições do solo e fundações;
- Oscilação de custos de insumos;
- Falhas na qualidade dos serviços executados;
- Inexecução total ou parcial do contrato;
- Interferências climáticas;
- Problemas na implantação da infraestrutura básica;
- Descumprimento das exigências do Convênio nº 039958/2025.

Para o tratamento dos riscos identificados, foram definidas medidas mitigadoras, tais como:

- Elaboração de cronograma físico-financeiro detalhado;
- Exigência de qualificação técnica da contratada;
- Fiscalização contínua da execução contratual;
- Previsão de penalidades e sanções administrativas;
- Estabelecimento de garantias contratuais;
- Compatibilização prévia de projetos e articulação com concessionárias;
- Observância rigorosa das diretrizes do convênio.

A gestão dos riscos será realizada de forma contínua durante a execução contratual, sob responsabilidade do gestor e do fiscal do contrato, que deverão adotar as medidas necessárias para prevenção e correção de eventuais desvios.

Ressalta-se que a análise detalhada dos riscos se encontra consolidada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra o processo de contratação.

A matriz de riscos constante do ETP integra este Termo de Referência para todos os fins.

9. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (GESTÃO DE RISCOS)

Considerando a complexidade do objeto, que envolve a execução de obras e serviços de engenharia para a construção de unidades habitacionais de interesse social, incluindo infraestrutura essencial, faz-se necessária a comprovação de capacidade técnica compatível com a adequada gestão dos riscos inerentes à contratação.

Dessa forma, a futura contratada deverá demonstrar aptidão técnico-operacional e técnico-profissional, evidenciando a adoção de práticas de gestão de riscos na execução de contratos similares.

Para fins de comprovação, poderão ser exigidos:

- Atestados de capacidade técnica que comprovem a execução de obras ou serviços de engenharia compatíveis com o objeto da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

- Demonstração de adoção de metodologias, procedimentos ou práticas de gestão de riscos aplicadas à execução contratual;
- Indicação de responsável técnico com experiência comprovada em obras de características semelhantes.
 - Certificações reconhecidas relacionadas à qualidade, gestão ou riscos.

A exigência justifica-se em razão dos riscos identificados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que se encontra no item 13. Análise e Gerenciamento de Riscos do ETP, os quais demandam adequada capacidade de gestão por parte da contratada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELACIONADAS Á GESTÃO DE RISCOS

A contratada deverá observar, durante toda a execução contratual, as medidas mitigadoras dos riscos identificados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), responsabilizando-se pela adoção de práticas que assegurem a adequada execução do objeto.

As obrigações abaixo decorrem das medidas mitigadoras dos riscos identificados no ETP.

10.1 Planejamento e Execução

- Elaborar e cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro da obra;
- Planejar adequadamente as etapas construtivas, de forma a evitar atrasos na execução;

10.2 Qualidade e Técnica

- Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e especificações do projeto;
- Garantir a qualidade dos materiais e serviços empregados;
- Promover a correção imediata de falhas, defeitos ou inconformidades identificadas;

10.3 Condições do Solo e Estrutura

- Observar rigorosamente os projetos e laudos técnicos fornecidos, especialmente os relacionados às condições do solo e fundações;
- Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer situação que possa comprometer a estabilidade ou segurança da obra;

10.4 Infraestrutura e Compatibilização

- Assegurar a compatibilização da execução da obra com os sistemas de infraestrutura (água, esgoto, energia, etc.);
- Articular-se com concessionárias e órgãos competentes, quando necessário;

10.5 Mão de Obra e Regularidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

- Manter equipe técnica qualificada e compatível com a complexidade da obra;
- Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho;

10.6 Gestão de Interferências

- Adotar medidas para minimizar impactos decorrentes de condições climáticas adversas;
- Reprogramar atividades sempre que necessário, sem prejuízo ao prazo final;

10.7 Gestão e Comunicação

- Manter comunicação contínua com a fiscalização do contrato;
- Informar previamente quaisquer riscos à execução do objeto;
- Apresentar relatórios periódicos de andamento da obra, quando solicitado;

10.8 Testes e Entrega Final

- Realizar todos os testes necessários à verificação da qualidade e funcionalidade da obra;
- Entregar o objeto em plenas condições de uso, conforme exigências contratuais;

10.9 Disposição Geral

O descumprimento das obrigações acima sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e no contrato, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

Constituem obrigações da contratada, além de outras previstas neste Termo:

- Executar os serviços conforme normas técnicas da ABNT;
- Garantir a qualidade dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se por danos causados a terceiros;
- Manter responsável técnico habilitado durante toda a execução;
- Corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas identificadas;
- Cumprir normas de segurança do trabalho;
- Atender às determinações da fiscalização.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações da contratante:

- Acompanhar e fiscalizar a execução;
- Efetuar os pagamentos conforme condições estabelecidas;
- Fornecer as informações necessárias à execução;
- Notificar a contratada sobre irregularidades;
- Aplicar sanções quando cabível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pelos seguintes servidores: Sr. RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS e OLENI MARQUES MAIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O contratado ficará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, em especial:

I – advertência;

II – multa, nas seguintes hipóteses:

- a) multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela em atraso;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial;
- c) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade.

Parágrafo único. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, garantido o contraditório e a ampla defesa.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada ensejará a aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Multa por atraso (mora)

O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a contratada à multa de:

- 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor da etapa em atraso;
- Limitada a 10% (dez por cento) do valor da obrigação inadimplida.

Inexecução parcial ou total

- Multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte não executada, em caso de inexecução parcial;
- Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

- Possibilidade de rescisão contratual, nos termos da legislação vigente.

Demais penalidades

Poderão ainda ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

- Advertência, quando constatadas falhas de menor gravidade;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos mais graves.

Forma de aplicação

- As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à contratada;
- Caso não haja valores a serem pagos, poderão ser cobradas administrativa ou judicialmente;
- A aplicação das penalidades não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

Disposição final

As penalidades serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

14. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Será assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior, ou ainda em decorrência de variações relevantes de mercado.

Os pedidos de reequilíbrio deverão ser formalmente instruídos com documentação comprobatória.

15. DO PAGAMENTO

Será efetuado **um só faturamento mensal no último dia útil de cada mês**, na conformidade dos serviços efetivamente realizados, cuja apuração será efetivada mediante medições realizadas na forma prevista no Edital e Anexos.

O **pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes a aprovação da medição**. Em nenhuma hipótese o pagamento será efetuado sem que haja constatação de que



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

efetivamente o serviço/fornecimento tenha sido executado.

Além do previsto no item anterior, o pagamento de cada fatura apresentada, acompanhada da devida medição, poderá ser condicionado a apresentação de cópias reprográficas das guias de recolhimento de todos os encargos sociais referentes ao período de realização dos serviços dos colaboradores da empresa alocados para a execução da mesma.

A não apresentação dos citados comprovantes assegurará à Prefeitura Municipal o direito de sustar o pagamento devido, até a solução da pendência.

12.1 Critérios de medição e pagamento

A medição e o pagamento dos serviços prestados serão realizados com base na efetiva execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, aprovado pela fiscalização, observando os quantitativos e a conformidade técnica com o projeto básico, memorial descritivo e demais documentos do contrato.

- **“As medições serão realizadas por etapas concluídas, conforme cronograma físico-financeiro aprovado, vedada a medição por insumos ou unidades isoladas.”**

12.1.1 Medição dos serviços

- A medição será realizada de acordo com o avanço físico da obra conforme cronograma físico-financeiro aprovado, mediante apresentação de relatório fotográfico, boletim de medição e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) correspondente aos serviços executados.
- Os serviços medidos deverão estar totalmente concluídos e em conformidade com as especificações técnicas, sendo inspecionados e aprovados pela equipe de fiscalização designada pela Administração.
- A contratada deverá disponibilizar livre acesso à equipe de fiscalização durante a execução dos serviços para fins de acompanhamento, verificação e aprovação das etapas executadas.

12.1.2 Pagamento

- Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela fiscalização, acompanhada do boletim de medição aprovado e demais documentos exigidos contratualmente.
- O pagamento será proporcional ao percentual de execução física da obra, conforme os serviços efetivamente realizados, obedecendo aos valores unitários constantes na planilha orçamentária aprovada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

- A Administração terá o prazo legal de até 30 (trinta) dias após o atesto da medição para realizar o pagamento, salvo disposição contratual diversa.

12.1.3 Disposições Finais

- Não serão pagos serviços não executados, em desacordo com o projeto ou realizados sem autorização prévia da fiscalização.
- Os pagamentos não eximem a contratada da responsabilidade pela qualidade dos serviços nem do cumprimento das obrigações legais e contratuais.
- A critério da Administração, poderá ser aplicado um modelo de medição por etapas concluídas, desde que previamente acordado com a contratada no início da execução.

12.1.4 Prazos de pagamento

- O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após cada etapa da Prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal;

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção da empresa contratada será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Concorrência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **CRITÉRIO DE JULGAMENTO** utilizado será: **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX e artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021, cabendo à contratada a execução integral da obra conforme **projeto básico e projetos executivos fornecidos pela Administração**, assumindo todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

A forma de execução contratual será por empreitada por preço global, conforme definido no edital e nos projetos básicos e executivos correspondentes.

Além do critério de menor preço, poderão ser estabelecidos, no edital, critérios objetivos de habilitação e julgamento, desde que estejam de acordo com os princípios da legalidade, isonomia, transparência, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos na Lei nº 14.133/2021.

17. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

Após a análise dos regimes de execução previstos na Lei nº 14.133/2021, conclui-se que o **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - CRITÉRIO DE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX e artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021, é o mais adequado ao objeto pretendido.

O empreendimento consiste na execução de **20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social**, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), cujas soluções construtivas são **padronizadas**, amplamente difundidas no mercado e tecnicamente consolidadas, não demandando soluções inovadoras ou de elevada complexidade técnica.

Nesse contexto, a adoção do **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX e artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021, mostra-se tecnicamente recomendável, uma vez que:

- Permite a contratação da execução da obra por **preço certo e total**, compatível com o nível de definição do projeto;
- Confere maior **segurança jurídica** à Administração Pública;
- Facilita o planejamento, a fiscalização e o controle físico-financeiro do contrato;
- Reduz o risco de alterações contratuais decorrentes de indefinições técnicas;
- Está em consonância com o entendimento predominante dos **órgãos de controle externo** para obras de habitação de interesse social.

Dessa forma, resta **tecnicamente justificada** a adoção do **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX e artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021, por ser a alternativa mais eficiente, econômica e aderente ao interesse público para a execução do empreendimento habitacional pretendido.

18. DO VALOR ESTIMADO

Em levantamento de preços com base na tabela SINAPI/CAIXA e a tabela SICRO Sistema de Custos Referenciais de Obras, para execução do objeto, foi estimado, conforme Planilha Orçamentária, Memorial de Cálculo, Projetos e Memoriais em anexo, no valor global de **R\$ 2.810.267,26 (Dois milhões, oitocentos e dez mil duzentos e sessenta e sete virgula vinte e seis centavos)**.

19. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município nas seguintes dotações:

LEI N.1065, DE 26 DE MARÇO DE 2026.

Termo de Compromisso n.992609/2025/MCIDADES/CAIXA – Operação n. 1103797-95 – Programa: Moradia Digna – Objetivo: Provisão habitacional no município de União de Minas/MG)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Classificação orçamentária: 02.06.02.08.244.0008.1014

Ficha: 205

Fonte: 1.700.000 - Outras Transf. de Conv. iu Instrum. Congêneres da União

Fonte: 1.500 - Recurso Próprio

- **Unidades Habitacionais (Construção de Unidades Habitacionais no Município de União de Minas) Convênio = R\$2.800.000,00**
- **Contrapartida = R\$ 10.267,26**

20. DA GARANTIA

A contratada deverá oferecer garantia mínima de **5 (cinco) anos** a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra, cobrindo eventuais vícios, defeitos de execução, materiais aplicados e desempenho da estrutura e dos sistemas instalados.

Durante o período de garantia, a empresa contratada se compromete a:

- Realizar **reparos, substituições ou correções** de qualquer problema decorrente de falhas na execução dos serviços ou na qualidade dos materiais utilizados, **sem ônus adicional para a Administração Pública;**
- Atender a **solicitações de correção em até 5 (cinco) dias úteis** após notificação formal da contratante;
- Repor imediatamente, sem prejuízos ao uso das unidades habitacionais, **materiais ou componentes que apresentem desgaste prematuro**, falhas de fabricação ou instalação inadequada.

A garantia não exime a contratada de responder pelos vícios ocultos ou defeitos estruturais que venham a surgir, conforme previsto no Código Civil (Art. 618), cuja responsabilidade pode se estender por até **5 (cinco) anos** nos casos legalmente previstos.

A contratada deverá ainda entregar, ao final da obra:

- **Termo de Garantia assinado por responsável técnico;**

O não atendimento às exigências de garantia poderá implicar na aplicação de penalidades administrativas, conforme previsto em contrato e legislação pertinente.

21. DA GARANTIA DA PROPOSTA

Os participantes deverão apresentar garantia de proposta não superior a 1% (um por cento), do valor estimado para esta contratação. A exigência visa assegurar a seriedade das propostas, nos termos do art. 58 da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Em decorrência da adoção de inversão de fases no presente certame, a participante só apresentará a garantia de proposta após a fase de lances quando solicitada pela Agente de contratação.

A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- f) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- g) No caso de opção pela “caução em dinheiro”, esta deverá ser efetuada através de transferência/depósito na Conta do Município de União de Minas/MG, em CONTA CORRENTE: xxx, AGÊNCIA: xxxx , BANCO XXXX.
- h) Seguro-garantia;
- i) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- j) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

A posterior celebração de Termo de eventual Termo de Aditamento maior que 5% do valor inicial do Contrato, de prorrogação ou de correção contratual será objeto de reforço da garantia, nos termos da Lei.

No caso de ocorrer, a aferição de preço global inferior a 85% do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional do licitante vencedor, equivalente à **diferença entre o valor de 85% e o valor da proposta**, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

22. VINCULAÇÃO COM ETP

Este Termo de Referência está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que demonstrou a viabilidade técnica e econômica da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO Nº XX /2026, QUE ENTRE
SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
UNIÃO DE MINAS – MG E A EMPRESA**

.....

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS – MG., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o n.º 01.051.819/0001-40, sediada na Avenida 5, n.º 1.137 em União de Minas, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF sob o n.º 288.822.616-20, portador da Cédula de Identidade M-3.193318 SSP/MG, residente e domiciliado na Av. Nove n. 1145, residente e domiciliado na Avenida Onze n.º 591, nesta cidade de União de Minas/MG e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pelo seu representante no final nomeado e assinado, daqui por diante denominada simplesmente “**CONTRATADA**”, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, em face da classificação das propostas apresentada na **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026**, levado a efeito através do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2026**, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, resolvem observadas as condições do Edital que rege a Concorrência e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

A “**CONTRATANTE**”, tendo em vista o resultado da licitação aberta pelo Edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026**, contrata a “**CONTRATADA**” para **Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia destinados à entrega final de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com base em projeto básico previamente elaborado pela Administração, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os insumos necessários, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais anexos do edital.**

CONVÊNIO: 039958/2025.

TERMO DE COMPROMISSO Nº 992609/2025/MCIDADES/CAIXA.

1.1 A obra licitada pela presente Concorrência Eletrônica será executada de acordo com os Anexos, Planilhas, Cronograma e Anteprojeto que fazem parte integrante deste Edital.

1.2 Também deverá ser executada de acordo com as normas técnicas da ABNT, normas de segurança e higiene, bem como através das especificações e determinações do Departamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

de Obras Públicas do Município de União de Minas/MG e pelo acompanhamento direto por quem for designado pelo Município e demais documentos integrantes do Edital, bem como os projetos elaborados pela CONTRATADA, assinados pelo engenheiro responsável, com ART passando a fazer parte deste contrato independentemente da sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 A obra será executada **em REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX e artigo 33, I, da Lei nº 14.133/2021**, regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por assegurar a plena execução da obras e serviços de engenharia conforme projetos básico e executivo, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

2.2 A obra será executada observando o disposto no Edital e seus Anexos, fornecendo a contratada os projetos básico e executivo e todos os materiais, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários à sua perfeita execução, bem como a contratada deverá manter no local, os profissionais de nível superior, responsáveis pelos serviços durante toda a execução.

2.3 Na proposta apresentada está previsto os seguintes custos: custos dos materiais, operações executivas, transporte de materiais, transporte de equipamentos para o local de aplicação, canteiro de serviços, realização de ensaios, consumo de combustíveis e lubrificantes, depreciação de ferramentas e equipamentos, energia elétrica, abastecimento de água, escritório e expediente, sinalização, estadias e hospedagens, remuneração do pessoal utilizado para a execução dos serviços, encargos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, pagamento de tributos municipais, inclusive ISS, estaduais e federais por ventura incidentes, e todas mais que necessárias forem ao perfeito desempenho das obrigações assumidas.

2.4 O contrato poderá ser aditado e/ou suprimido, mediante processo levado a termo, nos limites permitidos pela legislação em vigor, sempre reforçados com Garantia nos termos da Lei.

2.5 Havendo a necessidade da alteração na execução a contratada deve comunicar a Prefeitura com a proposta de alteração, acompanhado de uma planilha e itens a serem aditados e/ou suprimidos para análise e autorização por escrito da Prefeitura.

2.6 Qualquer alteração executada sem a competente autorização da Prefeitura não será objeto de avaliação posterior, assim como não se fará nenhum pagamento nessas condições.

2.7 A fiscalização dos serviços executados cabe ao Departamento de Obras Públicas assim designado pela CONTRATANTE nos termos do Edital.

2.8 A perfeita manutenção da garantia contratual e do seu reforço, após celebração de aditamento, prorrogação e correção contratual plenamente vigente e a efetividade na execução dos serviços cabem, exclusivamente aos acreditados da CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

2.9 Ao longo do contrato, ciente a CONTRATADA de que os prazos de execução aqui celebrados quedaram-se insuficientes, cabe a ela requerer a dilação dos prazos através de ofício fundamentado dirigido à CONTRATANTE: a) antes do vencimento da garantia; b) antes do vencimento do cronograma físico-financeiro da obra em andamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, MEDIÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Para fins contratuais é dado ao presente contrato o valor global de **R\$** (.....), a ser executado no regime por preço unitário conforme Planilhas e proposta apresentada pela contratada atualizada conforme prevista no Edital (item VII e subitens), que passa a fazer parte integrante deste Contrato independentemente da sua transcrição, observado o seguinte resumo: (.....)

3.2 Será efetuado um só faturamento mensal no último dia útil de cada mês, na conformidade dos serviços efetivamente realizados, cuja apuração será efetivada mediante medições realizadas conjuntamente pela Contratada e pela Prefeitura nos termos do Edital.

3.3 O pagamento deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias conforme previsto no Edital.

3.4 Em nenhuma hipótese o pagamento será efetuado sem que haja constatação de que efetivamente o serviço/fornecimento tenha sido executado.

3.5 Caberá ao agente Gestor, o Departamento de obras Públicas, a fiscalização da execução dos serviços contratados, bem como a recepção da Nota Fiscal de Serviços acompanhada de todos os documentos comprobatórios sobre o cumprimento das obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, atestando o fiel cumprimento dos serviços;

3.6 O pagamento de cada fatura apresentada, acompanhada da devida medição, somente será efetuado mediante a apresentação de cópias reprográficas das guias de recolhimento de todos os encargos sociais referentes ao período de realização dos serviços.

3.7 Conforme indicado pela Contratada os pagamentos deverão ser efetuados junto à instituição financeira: Banco, Agência e Conta Corrente Havendo alteração durante a execução do contrato a Contratada obrigar-se-á a informar por escrito em qual instituição financeira receberá os referidos pagamentos.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DO CONTRATO E DOS SERVIÇOS:

4.1 este ato, a “Contratada” oferece nos termos do Edital a garantia da perfeita execução da obra, na importância de **R\$** (.....), representada pela Carta de Fiança

/ Seguro Garantia n.º, emitida pelo, CNPJ, válida por **XX** dias com início de vigência em **XX/XX/202X** e seu vencimento previsto para o dia **XX/XX/202X**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

4.2 A posterior celebração de Termo de aditamento, de prorrogação ou de correção contratual será objeto de reforço da garantia, nos termos da Lei conforme previsto no Edital.

4.3 A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, assim entendido quando da emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços.

4.4 A Contratada responderá, sem prejuízo do disposto no Código de Defesa do Consumidor, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo nos termos do disposto no artigo 618 do Código Civil.

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO E DO REAJUSTE, ADITAMENTO OU SUPRESSÃO:

5.1 Quando e, se for o caso, após decorridos 12 (doze) meses da assinatura do presente contrato, a Contratada poderá, através de requerimento específico, solicitar o devido **reajuste** dos preços contratados nos termos do § 7º do artigo 25 da Lei 14.133/21, tendo como referência a correção pelo índice do **INPC/IBGE** relativo ao período entre a data da assinatura do contrato e a autorização do reajuste.

5.1.1 Em caso de solicitação de reequilíbrio do contrato, o mesmo deverá ser processado nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/21, **e observadas as regras do Edital.**

5.1.2 Os demais casos de alteração dos valores contratuais serão processados nos termos do artigo 133 da Lei nº 14.133/21.

5.1.3 O prazo para resposta aos pedidos de reajuste dos preços e de reequilíbrio do contrato, processados nos termos dos incisos X e XI do artigo 92 da Lei 14.133/21, serão respondidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do fornecimento da documentação prevista.

5.1.4 **“O preço contratado é global e compreende todos os custos necessários à execução do objeto, não sendo devido qualquer acréscimo por divergência de quantitativos.”**

CLAUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

6.1 Farão parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, as demais cláusulas e condições do Edital de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2026**, levado a efeito pelo **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2026**, bem como a proposta da “Contratada” que, devidamente rubricada, se encontra arquivada na Prefeitura Municipal de União de Minas observado o item 3.1 deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

7.1 As despesas com a execução do presente Contrato serão cobertas pelas dotações vigentes no orçamento de 2026:

LEI N.1065, DE 26 DE MARÇO DE 2026.

Termo de Compromisso n.992609/2025/MCIDADES/CAIXA – Operação n. 1103797-95 – Programa: Moradia Digna – Objetivo: Provisão habitacional no município de União de Minas/MG)

Classificação orçamentária:02.06.02.08.244.0008.1014

Ficha: 205

Fonte:1.700.000 - Outras Transf.de Conv.iu Instrum.Congêneres da União

Fonte:1.500 - Recurso Próprio

- **Unidades Habitacionais (Construção de Unidades Habitacionais no Município de União de Minas) Convênio = R\$2.800.000,00**
- **Contrapartida = R\$ 10.267,26**

7.2 A respectiva dotação para vinculação das despesas concernentes ao exercício de 2026 serão consignadas no orçamento próprio de 2026.

7.3 Se for necessário para os exercícios seguintes serão alocados os recursos nas respectivas leis orçamentárias.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS:

8.1 O prazo máximo para a execução e entrega do total da finalização da obra que constitui o objeto deste contrato, será de até **12 (doze) meses**, contados a partir da emissão da 1ª Ordem de Serviço. Havendo necessidade, devidamente justificada e aceita, o prazo da execução poderá ser prorrogado, com processo levado a termo.

8.2 O presente contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, em razão do período de recebimento provisório e definitivo, bem como pagamentos finais nos termos aqui estabelecidos, observando-se no caso de prorrogação do prazo de execução (8.1) a dilação do mesmo prazo para a validade do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

9.1. A gestão contratual e o acompanhamento será de responsabilidade do Sr. RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS e OLENI MARQUES MAIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

9.2. A fiscalização da obra, objeto deste edital, será efetuada pelo Departamento de Obras Públicas, na figura do Sr. ÉVERTON FREITAS LEAL - Engenheiro Civil - CREA



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

5062209506/D-SP. e da empresa MTA ASSESSORIA, CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrita no cnpj sob o nº 27.169.061/0001-33, representada pelo Sr. MARCO TULIO DE AGUSTINI.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 No caso de descumprimento das regras estabelecidas neste contrato, resguardado o direito ampla defesa e do contraditório, serão aplicadas à contratada, observado a ampla defesa e contraditório, pela ordem, as seguintes penalidades:

- a) Notificação de Advertência** dispondo sobre o descumprimento do contrato com prazo de 3 (três) dias para manifestação e 5 (cinco) dias para regularização em cada fato ocorrido.
- b) Aplicação da multa de 10% do valor global do contrato** em caso de descumprimento de regras do do Edital e do presente Contrato.
- c) Aplicação de multa em dobro no caso da alínea “b” e rescisão automática do contrato**, sem prejuízo das demais penalidades previstas para o caso de rescisão contratual, inclusive proibição de contratar com a Prefeitura de União de Minas pelo prazo de 3 (três) anos, ou até a regularização do fato, incluindo eventual indenização para a Prefeitura por danos causados em razão da irregularidade cometida.

10.1.1 No caso da alínea “a”, caso aceitas as justificativas, tornar-se-á sem efeito a Advertência, comunicando a decisão por escrito para a contratada.

10.2 Caracterizado o atraso na finalização do serviço, fica estipulada cláusula penal no valor de 0,5% ao dia, por dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

Parágrafo Único: O pagamento da cláusula penal não exime a contratada do seu dever de terminar a prestação do serviço a contento.

10.3 O Município poderá exigir indenização suplementar, caso o descumprimento das obrigações da contratada cause prejuízos que excedam ao valor da multa ora prevista.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS:

11.1 Concluídos os serviços, procederá a Prefeitura, dentro do prazo de 10 (dez) dias seguintes ao da entrega da comunicação que por escrito lhe fizer a CONTRATADA, a um exame minucioso dela a fim de recebê-la provisoriamente.

11.2 Após este recebimento e durante o prazo de observação de 20 (vinte) dias, ficará a CONTRATADA obrigada a fazer às suas custas as reparações reclamadas em consequência de vícios de construção por ventura existentes.

11.3 Findo o prazo de observação, a CONTRATADA solicitará por escrito a realização do exame para o recebimento definitivo, que a Prefeitura deverá efetuar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, desde que os serviços se apresentem em perfeitas condições de utilização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

11.4 O recebimento dos serviços não exime a CONTRATADA das responsabilidades civis e outras inerentes.

11.5 A caução depositada será liberada ou restituída, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços, em consonância com as determinações previstas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1 A Contratada fica obrigada a colocar no local de cada obra, placa (s) de identificação dela nos moldes e padrões a serem definidos pela Subsecretaria de Comunicação Social do Governo do Estado, até o 10º dia posterior à emissão da Ordem de Serviço, sob pena de multa diária no valor de **R\$ 1.000,00 (hum mil reais) da placa não colocada.**

12.2 Se for necessário, a empresa contratada deverá providenciar abertura de matrícula das obras junto ao INSS, e na última fatura apresentar a CND dos serviços, para liberação do último pagamento.

12.3 A fiscalização por parte da Prefeitura não eximirá a licitante das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar a terceiros, seja por ato de seus funcionários ou de prepostos.

12.4 O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá, mediante anuência prévia da Prefeitura Municipal, subcontratar serviços. A constatação de subcontratação sem anuência da Prefeitura sujeitará a contratada a multa de 3% do valor total do contrato, além da imediata rescisão com a subcontratada.

12.5 O subcontratado na forma prevista no item anterior, será responsável solidário com todas as regras estabelecidas neste Edital e no contrato.

12.6 A CONTRATADA manterá, na forma da lei, seguro total obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo, às suas próprias e exclusivas expensas, quaisquer despesas não eventualmente cobertas pela respectiva apólice.

12.7 Correrão, por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de:

- a) Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos.
- b) Imperfeição ou insegurança nos serviços.
- c) Falta de solidez dos serviços executados, mesmo verificada após o término do contrato.
- d) Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais usados na execução dos serviços.
- e) Ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir aos serviços.
- f) Acidentes de quaisquer naturezas com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução dos serviços ou em decorrência deles,



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

devendo a CONTRATADA obedecer às normas de saúde e segurança de seus trabalhadores, especialmente as consignadas na Consolidação das Leis do Trabalho, na Portaria n.º 3.214/78 do Ministério do Trabalho e na NR 18, além de outras disposições acerca da matéria.

g) Infiltrações de qualquer espécie ou natureza.

h) Prejuízos causados a propriedades de terceiros.

i) A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação **Definitiva** dos Serviços.

j) Ocorrendo incêndio ou qualquer outro sinistro nos serviços, que venha à atingir serviços a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura de seguro, um prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da notificação da Prefeitura, para dar início à reparação das partes atingidas.

k) A CONTRATADA é responsável pela conservação dos serviços executados, até a aceitação **definitiva** dos serviços.

l) A CONTRATADA, nos primeiros 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, assumirá a Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços perante o CREA/CAU e demais órgãos competentes. O cumprimento desta obrigação é condição para a liberação dos pagamentos.

m) Além das obrigações acima previstas, a empresa a ser CONTRATADA, também terá as seguintes obrigações:

- 1- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato, de modo a conduzi-lo eficientemente, nos prazos previstos;
- 2- Dispor de mão-de-obra de acordo com as necessidades dos serviços, bem como os equipamentos de proteção individual (EPIs);
- 3- Fornecer todos os materiais, inclusive os equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias à execução do objeto contratual, nos moldes estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 4- Transportar, carregar e descarregar os materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas;
- 5- Receber, conferir, armazenar e proteger todos os materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas;
- 6- Reparar, corrigir, remover, substituir no todo ou em parte os serviços objeto deste, desde que se verifiquem defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados;
- 7- Conduzir os trabalhos de acordo com as normas técnicas vigentes, em estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações da fiscalização, devendo ainda, conduzir os trabalhos e o pessoal de modo a formar junto ao público, uma boa imagem da CONTRATADA e da Prefeitura;
- 8- Cumprir e fazer com que todo o pessoal em serviço observe os regulamentos disciplinares de segurança e higiene (conforme regras do Ministério do Trabalho), mantendo o local do trabalho sempre limpo e organizado, de forma a permitir perfeito andamento dos serviços.
- 9- A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1 Fica eleito o Foro desta Comarca de Iturama/MG, com exclusão de outro qualquer para dirimir as questões que surgirem referentes a este contrato, que não forem resolvidas por via administrativa, na forma do Código Civil.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, na presença de duas testemunhas adiante assinadas.

União de Minas/MG, dede 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL UNIÃO DE MINAS-MG

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cargo

Testemunhas:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER EPP)

À

Prefeitura Municipal de União de Minas - MG

Endereço: Avenida 5, n.º 1.137, Centro, na cidade de União de Minas - MG

Ref. Processo de Licitação nº 37/2026

Concorrência Eletrônica nº 01/2026

(Nome da Empresa), CNPJ/MF nº, sediada á (Endereço Completo), DECLARO(AMOS) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº xx/2026, que **estou(amos) sob o regime de empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data.

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **[Somente na hipótese de o licitante ser Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP.)]**



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À

Prefeitura Municipal de União de Minas - MG

Endereço: Avenida 5, n.º 1.137, Centro, na cidade de União de Minas - MG

Ref. Processo de Licitação n.º 37/2026

Concorrência Eletrônica n.º 01/2026

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., **nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador** o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao Concorrência Eletrônica n.º xxx2026 do Município de União de Minas - MG, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases da CONCORRÊNCIA, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, em nome da Outorgante, formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da Sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Agente de Contratação, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia ____/____/____.

Local e data.

Assinatura do representante legal

Obrigatório: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir com firma reconhecida ou assinada digitalmente de forma que possa ser verificada sua autenticidade, acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À

Prefeitura Municipal de União de Minas - MG

Endereço: Avenida 5, n.º 1.137, Centro, na cidade de União de Minas - MG

Ref. Processo de Licitação n.º 37/2026

Concorrência Eletrônica n.º 01/2026

Sr (a). Agente de Contratação,

Pelo presente, **DECLARO (AMOS)** que, nos termos do Art. 63, I, da Lei n.º 14.133 / 2021, está empresa(indicação da razão social e CNPJ) **CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** para o Concorrência Eletrônica n.º ____/2026, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia destinados à entrega final de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com base em projeto básico previamente elaborado pela Administração, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os insumos necessários, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais anexos do edital. **CONVÊNIO: 039958/2025. TERMO DE COMPROMISSO N.º 992609/2025/MCIDADES/CAIXA**, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local e data.

Assinatura do representante legal

Nome



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÕES

À

Prefeitura Municipal de União de Minas - MG

Endereço: Avenida 5, n.º 1.137, Centro, na cidade de União de Minas - MG

Ref. Processo de Licitação nº 37/2026

Concorrência Eletrônica nº 01/2026

A empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF nº , representada pelo(a) sr.(a) (representante legal da empresa), no cargo de , portador (a) do RG nº e do CPF nº ,
DECLARA sob as penas da Lei:

a) Que a empresa encontra-se em situação regular no **Ministério do Trabalho** no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

b) A empresa atende às normas relativas à **Saúde e Segurança no Trabalho**;

c) Declaração que não possui em sua Cadeia produtiva, empregados executando **Trabalho Degradante** ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal.

d) Ter ciência de que a existência de registro no **Cadin Estadual**, exceto se suspenso, impede(m) a contratação com a Prefeitura Municipal de União de Minas - MG.

e) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação da referida empresa no presente processo licitatório e que esta ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. A empresa não possui qualquer dos **impedimentos** previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra;

f) Declaração de que cumpre as exigências de **reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) Declaração de que suas **propostas econômicas** compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

h) **Conhece e concorda** com todos os termos do presente Edital, tem conhecimento do objeto a ser fornecido, e examinou o Edital, termo de referência e / ou demais anexos, não existindo



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua íntegra;

i) Declaração de que a **proposta** apresentada para participar da licitação em epígrafe foi elaborada de maneira **independente** pelo Licitante, da seguinte forma:

I. a proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

II. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação em epígrafe não foi informada, discutida recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

III. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe quanto a participar ou não da referida licitação;

IV. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

V. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante deste órgão antes da abertura oficial das propostas; e

VI. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

e) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

f) **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

g) **Para microempresas ou empresas de pequeno porte:** a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos conheço na íntegra.

Local e data.

Empresa - CNPJ
Representante legal - RG e CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO VII - CARTA

À

Prefeitura Municipal de União de Minas - MG

Endereço: Avenida 5, n.º 1.137, Centro, na cidade de União de Minas - MG

Ref. Processo de Licitação n.º 37/2026

Concorrência Eletrônica n.º 01/2026

A empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF nº representada pelo(a) sr.(a) (representante legal da empresa), no cargo de portador (a) do RG nº e do CPF nº vem por meio desta **SOLICITAR SUA PARTICIPAÇÃO NA PRESENTE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** e faz declaração explícita de que:

- a) Assume inteira responsabilidade pela execução da obra/serviços licitados, respeitando as normas vigentes à mesma;
- b) Acatará todas as exigências da Contratante relativamente ao objeto desta licitação, bem como de quem for designado para efetuar a fiscalização e ou controle de qualidade na citada execução;
- c) Tem pleno conhecimento das condições estabelecidas no presente Edital e que se sujeita às mesmas, estando de pleno acordo com elas;
- d) Tem pleno conhecimento das condições dos locais onde as obras serão executadas;
- e) Não está impedida de contratar com a Administração;
- f) No caso de ser contratada se responsabilizará por eventuais prejuízos causados à terceiros, inclusive à Municipalidade, desde que por sua culpa;
- g) Manterá o local da obra e as adjacências completamente sinalizados, de acordo com as exigências da Prefeitura Municipal União de Minas - MG e autoridades de trânsito local;
- h) Assume inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento de todas as normas e exigências que se fizerem necessárias para o desempenho dos trabalhos ora licitados;
- i) Se obriga a manter durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

Local e data.

Empresa - CNPJ
Representante legal - RG e CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO VIII

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA

À

Prefeitura Municipal de União de Minas - MG

Endereço: Avenida 5, n.º 1.137, Centro, na cidade de União de Minas - MG

Ref. Processo de Licitação n.º 37/2026

Concorrência Eletrônica n.º 01/2026

Atestamos, para os devidos fins que a a empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF n.º, representada pelo(a) sr.(a) (representante legal da empresa), no cargo de, portador (a) do RG n.º e do CPF n.º, realizou a visita técnica e tomou conhecimento das condições e locais onde serão executados os serviços e as obras conforme detalhado no ANTEPROJETO, objeto deste Processo de Licitação, em atendimento ao Edital respectivo.

Local e data.

Departamento de Obras Públicas
(Nome do Responsável pela Visita)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO IX

DECLARAÇÕES DO DECRETO 5503/23

DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS AMPARADOS POR IMUNIDADE

Ilmo. Sr.
(Autoridade a quem se dirige)

(Nome da instituição), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n. (inserir numeração) DECLARA ao Município de União de Minas que não está sujeita à retenção do IR incidente na fonte a que se refere o art. 64, Lei n. 9.430/1996, por se enquadrar na hipótese de imunidade prevista no (identificar o artigo da Constituição Federal) e que atende aos requisitos previstos na Lei (identificar a lei e os requisitos conforme o caso).

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 e do art. 1.º, Lei nº 8.137/1990, e para os fins do art. 32, Lei n. 9.430/1996, que:

- a) é representante legal da instituição e assume o compromisso de informar, imediatamente, ao Município de União de Minas, qualquer alteração na situação acima declarada;
- b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

(Local e data)
(Assinatura do Responsável)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

ANEXO X

DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS AMPARADOS POR ISENÇÃO

Ilmo. Sr.

(Autoridade a quem se dirige)

(Nome da instituição), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n. (inserir numeração) DECLARA ao Município de União de Minas que não está sujeita à retenção do IR incidente na fonte a que se refere o art. 64, Lei n. 9.430/1996, por se enquadrar na hipótese de isenção prevista no (identificar o artigo e respectiva lei que prevê a hipótese de isenção) e que atende aos requisitos previstos na Lei (identificar a lei e os requisitos conforme o caso).

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 e do art. 1.º, Lei nº 8.137/1990, e para os fins do art. 32, Lei n. 9.430/1996, que:

a) é representante legal da instituição e assume o compromisso de informar, imediatamente, ao Município de União de Minas, qualquer alteração na situação acima declarada;

b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

(Local e data)

(Assinatura do Responsável)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



DECRETO N. 5503, DE 29 DE AGOSTO DE 2023.

REGULAMENTA A RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS A FORNECEDORES DE BENS E PRESTADORES DE SERVIÇOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS E SUAS ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS, Estado de Minas Gerais, no uso de sua competência e atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o estabelecido na Constituição Federal ao art. 158, I, que preconiza pertencer aos Municípios o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza – IR, quando incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

Considerando a interpretação do texto constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, sintetizada no Tema 1.130 (RE 1.293.453), em que restou definida que aos entes subnacionais pertence a receita arrecadada a título de IR retido na fonte incidente sobre os valores pagos por eles e suas entidades a fornecedores de bens e prestadores de serviços;

Considerando o que dispõe o art. 64, Lei n. 9.430/1996, que prevê que todos os pagamentos pelo fornecimento de bens e/ou prestação de serviços à Administração Pública Direta e Indireta sujeitam-se à incidência do IR na fonte, sendo dever do órgão ou entidade promover a retenção;

Considerando o tratamento conferido à matéria pela Instrução Normativa RFB n. 2.145/2023 que alterou a Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012, especialmente na parte que define ser obrigatória a retenção do IR incidente na fonte pelos Municípios quando do pagamento a fornecedores de bens e/ou prestadores de serviço, inclusive aqueles dispendidos por suas entidades;

Considerando o dever que estabelece a Lei Complementar n. 101/2.000 de efetiva arrecadação de todos os tributos da competência do Município de União de Minas, bem como as consequências previstas para o caso de descumprimento;

Considerando que decreto é o meio apto a regulamentar a matéria, conferir maior segurança à atuação do servidor e orientar o fornecedor de bens e/ou prestador de serviços,

DECRETA:

Art. 1.º. A retenção do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza – IR, incidente na fonte sobre os pagamentos realizados pelo Município de União de Minas/MG e suas entidades na contratação de bens e/ou serviços fica regulada por este Decreto.

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



Art. 2.º. Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e a Administração Pública Municipal Indireta devem proceder à retenção do IR incidente na fonte sobre qualquer forma de pagamento a fornecedores de bens e prestadores de serviços, inclusive aqueles antecipados.

Parágrafo único. Os pagamentos efetuados em desconformidade ao que dispõe este Decreto após sua vigência poderá, após regular processo administrativo, caracterizar o ato omissivo, culposo ou doloso, nos termos da lei.

Art. 3.º. São fornecedores de bens e prestadores de serviços sujeitos à incidência do IR na fonte as pessoas, físicas ou jurídicas, residentes/sediadas ou não no Município, devidamente contratadas pela Municipalidade.

Parágrafo único. Sujeitam-se à retenção do IR incidente na fonte todos os pagamentos decorrentes de contratos vigentes formalizados com o Município ou com suas entidades, bem como aqueles que vierem a ser formalizados após a publicação deste Decreto.

Art. 4.º. Não estão sujeitos à retenção do IR incidente na fonte aqueles pagamentos em que:

I - o contratado e/ou objeto contrato esteja amparado por hipótese de imunidade;

II - o contratado e/ou objeto contrato esteja amparado por hipótese de isenção;

III - o contratado que seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional;

§ 1.º. Os contratados de que trata os incisos I, II e III do *caput* deverão formalizar à Municipalidade ou suas entidades, no ato da assinatura do contrato e de sua eventual prorrogação, a declaração de que se enquadram às exceções acima, observando os modelos constantes dos Anexos I, II e III, respectivamente.

§ 2.º. Os contratados de que trata os incisos I, II e III do *caput* que já estejam com contratos formalizados na data de início da vigência deste Decreto deverão formalizar a declaração de que trata os Anexos I, II e III, conforme o caso, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da comunicação prevista no art. 13, ou no ato da entrega do documento apto para a cobrança, o que ocorrer primeiro.

§ 3.º. Sem prejuízo no disposto nos parágrafos primeiro e segundo, os contratados que se enquadrem nas hipóteses dos incisos I e II do *caput* deverão comprovar que

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



atendem a todos os requisitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro para a imunidade/isenção a que tem direito.

§ 4.º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro, segundo e terceiro, as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos (Art. 12, Lei n. 9.532/1997) abrangidas por hipótese de imunidade e aquelas instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis (Art. 15, Lei n. 9.532/1997), amparadas por hipóteses de isenção, deverão também apresentar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

§ 5.º. O contratado de que trata o inciso III do *caput* deverá informar ao Município de União de Minas ou às suas entidades, qualquer seja seu contratante, da alteração da condição de optante pelo regime tributário do Simples Nacional.

§ 6.º. Sem prejuízo do previsto no parágrafo anterior, o(s) servidor(es) responsáveis pelo pagamento ao contratado optante pelo regime tributário do Simples Nacional deverá(ão) verificar, a cada pagamento, a manutenção da condição de optante pelo regime privilegiado por meio de pesquisa no Portal do Simples Nacional, anexando cópia da consulta à documentação que deu origem ao pagamento.

§ 7.º. A documentação de que trata os parágrafos primeiro, segundo, terceiro e quarto, nos casos em que couber, serão anexados ao processo administrativo de contratação e constarão da documentação comprobatória do pagamento.

§ 8.º. Para a retenção do IR incidente na fonte de que trata este Decreto, o contratado deverá apresentar a nota fiscal com a indicação do valor bruto para o fornecimento do bem e/ou prestação do serviço e montante correspondente ao IR a ser retido encontrado após a aplicação da alíquota encontrada na Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la.

Art. 5.º. O IR incidente na fonte recairá sobre o valor a ser pago pelo Município de União de Minas ou suas entidades ao contratado para entrega de coisa certa, aplicando-se, conforme a característica do bem entregue e/ou serviço prestado, as alíquotas previstas na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la.

§ 1.º. A base de cálculo do IR incidente na fonte de que trata este Decreto também incidirá sobre eventuais acréscimos decorrentes do atraso de pagamento, como juros, correção monetária e multa.

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



§ 2.º. A incidência do IR na fonte de que trata este Decreto recai sobre o valor a ser pago pelo fornecimento do bem e/ou prestação do serviço, não sujeitando-se a qualquer dedução de base de cálculo que não esteja expressamente prevista na legislação ou normas complementares que tratam do IR.

Art. 6.º. Os critérios quantitativos previstos no art. 5.º não serão aplicados nos pagamentos decorrentes de contratos que tenham como objeto:

I – a aquisição de passagens aéreas e rodoviárias, despesas de hospedagem, aluguel de veículos e prestação de serviços afins, quando efetuados por intermédio de agências de viagens;

II – a contratação de seguros;

III – a contratação de serviços de telefonia;

IV – a contratação de serviços de propaganda e publicidade;

V – a contratação de consórcio para fornecimento de bens e serviços;

VI – a aquisição de vale-refeição, vale-transporte e vale-combustível;

VII – a aquisição de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação diretamente de refinadoras de petróleo, demais produtores ou importadores;

VIII – a aquisição de produtos farmacêuticos, perfumaria, toucador e de higiene pessoal;

IX – a aquisição de bens imóveis;

X – a contratação de serviços prestados por cooperativas de trabalho e das associações profissionais;

XI – a contratação de serviços médicos, veterinários, de odontologia ou de enfermagem, por meio de associações, cooperativas ou hospitais;

XII – a contratação de serviços hospitalares e outros relacionados à saúde;

XIII – a contratação de planos privados de assistência médica humana, veterinária ou odontológica;

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



XIV – a contratação de aluguel de imóveis pertencentes à pessoa jurídica; e

XV – a contratação de pessoa jurídica sediada no exterior;

§ 1.º. Para as hipóteses relacionadas neste artigo serão observadas as regras atinentes à base de cálculo, alíquotas e apresentação de documentos, naquilo que couber, constantes da Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la.

§ 2.º. Na superveniência de outras regras específicas quanto aos critérios quantitativos e obrigações acessórias previstas na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la, prevalecerão o nela disposto.

Art. 7.º. O valor a ser retido a título de IR incidente na fonte pela Municipalidade ou por suas entidades será determinado pelo contratado-contribuinte mediante a aplicação da alíquota prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la(s) sobre a base de cálculo tratada nos art. 5.º e 6.º, conforme o caso.

Art. 8.º. Para a retenção do IR incidente na fonte de que trata este Decreto, o contratado deverá apresentar a nota fiscal (acompanhada da autenticidade de NFE), fatura, boleto bancário ou outro meio de cobrança com a indicação do valor bruto para o fornecimento do bem e/ou prestação do serviço e montante correspondente ao IR a ser retido encontrado após a aplicação da alíquota encontrada na Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la.

§ 1.º. Fica vedada a apresentação exclusiva de DANFE.

§ 2.º. A impossibilidade técnica de destaque do montante correspondente ao IR incidente na fonte calculado na forma deste Decreto no documento apto para cobrança não impede a retenção dos valores, não se responsabilizando o Município ou suas entidades por eventual desencontro entre o Comprovante Anual de Retenção entregue ao contratado e a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte apresentada à União Federal.

Art. 9.º. O órgão responsável pela retenção, seja do Município ou de suas entidades, fornecerá ao contratado, até o último dia útil de fevereiro do ano subsequente, o Comprovante Anual de Retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



para que possa, conforme o caso, comprovar a legalidade da dedução ou compensação do IR a recolher à União Federal.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no *caput*, o Município apresentará à Receita Federal do Brasil, no mesmo prazo, a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, em que constará discriminado, mês a mês, os valores pagos e o montante retido por contribuinte, sendo informado como código de receita a sequência 6256.

Art. 10. Os valores retidos a título de IR incidente na fonte sobre os pagamentos a contratados pelos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta deverão ser recolhidos à conta do Município até o dia 20 (vinte) do mês subsequente àquele em que se tiver procedido a retenção.

Parágrafo único. Para fiel cumprimento do previsto no *caput*, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal apurarão todos os valores retidos no mês e promoverão único recolhimento à conta do Município de União de Minas.

Art. 11. O previsto neste Decreto não enseja a alteração contratual para reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, pois os valores retidos a título de IR incidente na fonte são considerados como antecipação do montante a recolher à União Federal, sendo deduzidos ou compensados com o valor a recolher ao Tesouro Nacional na forma prevista pela legislação.

Art. 12. Os processos de contratação iniciados após a vigência deste Decreto farão constar do edital do certame licitatório, quando houver, e do contrato a ser assinado a obrigatoriedade de apresentação pelo contratado dos documentos na forma definida por este Decreto.

Art. 13. Os órgãos do Município de União de Minas e de suas entidades responsáveis pelos contratos cujo objeto seja o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços encaminharão aos contratados cópia deste Decreto para ciência e adequação dos documentos apresentados a partir da vigência deste Decreto.

Art. 14. O direito à retenção do IR incidente na fonte nos realizados pelo Município de Minas e suas entidades aos seus contratados para o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços decorre da previsão do art. 158, I, CRFB, interpretado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.130 (RE 1.293.453), não sendo oponível ao órgão pagador para questionamentos acerca da retenção ocorrida no período anterior à vigência deste Decreto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Adm 2025/2028



LEI Nº 1057, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025

“Autoriza a doação de imóvel que menciona à Associação Comunitária Alú Ferreira e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de União de Minas, Estado de Minas Gerais, **APROVA** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doação de bem imóvel à Associação Comunitária Alú Ferreira, CNPJ nº 08.343.255/0001-69 e ou a famílias de baixa renda do Município, o imóvel de sua propriedade, constante da Matrícula 38.049, Livro 2 – Registro Geral, registrado no Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Iturama/MG (certidão anexa).

Parágrafo Único – Sendo a doação do imóvel feita à Associação Comunitária Alú Ferreira – ACAF, esta se obriga a repassá-lo em lotes individualizados e sem ônus para as famílias de baixa renda beneficiadas.

Art. 2º - No terreno, cuja doação ora é autorizada, deverá ser erigido, pela Associação Comunitária Alú Ferreira – ACAF, um empreendimento habitacional voltado para famílias de baixa renda, com recursos do Programa “Minha Casa Minha Vida”, através da Caixa Econômica Federal como órgão financiador.

Parágrafo Único – As unidades habitacionais construídas no terreno doado deverão ser alienadas às famílias selecionadas, através da Caixa Econômica Federal, observando as normas do Sistema Financeiro de Habitação.

Art. 3º - A finalidade da construção deverá ser cumprida no prazo máximo de 02 (dois) anos, a contar do registro da escritura pública.

Art. 4º - A escritura pública deverá conter cláusula expressa de reversão do imóvel ao patrimônio do Município, no caso de descumprimento do prazo previsto no artigo anterior, desvio de finalidade ou dissolução da entidade beneficiária.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União de Minas/MG, 24 de outubro de 2025.



GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA
PREFEITO

Av. Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP: 38288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Fone: (34) 3456-1900 | E-mail: adm@uniaodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniaodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

2015

38.049

FILHA

01

COMARCA DE ITURAMA - MG

SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS

22 de julho de 2015

IMÓVEL: Em cumprimento à prenotação datada de 21 de julho de 2.015, protocolada sob n. 126.132. Uma propriedade urbana, situada no distrito e município de União de Minas, desta Comarca de Iturama-MG, no **BAIRRO NOVO HORIZONTE**, com a área de 32.019,42m², sem benfeitorias, dentro das seguintes medidas e confrontações: "146,94 metros de frente para a Avenida LC, vira à direita por 195,45 metros, confrontando com parte da área verde; vira à direita por 80,94 metros, confrontando com parte da área verde; vira à esquerda por 50,00 metros, confrontando com parte da área verde; vira à direita por 66,00 metros, confrontando com parte da área verde; vira à esquerda por 50,00 metros, confrontando com parte da área verde; vira à direita por 245,45 metros, confrontando com parte da área verde, até a Avenida LC, onde iniciou o referido roteiro". **REGISTRO ANTERIOR:** Matrícula sob n. 33.786, por ficha no Livro R.G.2, deste SRI, de 29 de abril de 2.014. **PROPRIETÁRIO:** MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 01.051.819/0001-40, com sede na Avenida 05, n. 1.137, Centro, União de Minas-MG. Dou Fé *[assinatura]* /Carlos Henrique Dias, escrevente autorizado, digitei. Dou Fé *[assinatura]* /Carla Merlotta Assis dos Santos, oficial registradora, subscrevi. Emol: R\$89,29 TFIJ: R\$25,27 Total: R\$114,56

PARA SIMPLES CONSULTE
NÃO VALE COMO VALOR: R\$ 99,99